Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 8

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 9

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 10

Demonstração do Valor Adicionado 11

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 15

Demonstração do Resultado Abrangente 16

Demonstração do Fluxo de Caixa 17

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016 19

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015 20

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Relatório da Administração 24

Notas Explicativas 40

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 138

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 143

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 147

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 148

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 149

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.165.000
Preferenciais	0
Total	1.165.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	30.846.000	30.637.000	26.802.000
1.01	Ativo Circulante	12.114.000	12.597.000	11.063.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	442.000	607.000	533.000
1.01.03	Contas a Receber	7.761.000	8.098.000	6.896.000
1.01.04	Estoques	2.668.000	2.834.000	2.597.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	561.000	405.000	478.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	561.000	405.000	478.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	218.000	98.000	0
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	343.000	307.000	478.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	587.000	498.000	380.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	95.000	155.000	179.000
1.01.08.03	Outros	95.000	155.000	179.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	62.000	112.000	140.000
1.01.08.03.02	Outros	33.000	43.000	39.000
1.02	Ativo Não Circulante	18.732.000	18.040.000	15.739.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.513.000	11.737.000	9.655.000
1.02.01.03	Contas a Receber	6.244.000	6.162.000	6.016.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.721.000	2.888.000	1.264.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.414.000	2.557.000	983.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	307.000	331.000	281.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.602.000	1.873.000	1.490.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	946.000	814.000	885.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	928.000	778.000	852.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	18.000	36.000	33.000
1.02.02	Investimentos	217.000	234.000	227.000
1.02.03	Imobilizado	5.542.000	5.610.000	5.405.000
1.02.04	Intangível	460.000	459.000	452.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	30.846.000	30.637.000	26.802.000
2.01	Passivo Circulante	5.561.000	5.442.000	11.827.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	690.000	311.000	258.000
2.01.02	Fornecedores	2.622.000	3.023.000	3.147.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	821.000	614.000	6.867.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	697.000	527.000	6.810.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	124.000	87.000	57.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.289.000	1.382.000	1.472.000
2.01.05.02	Outros	1.289.000	1.382.000	1.472.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	635.000	616.000	267.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	200.000	242.000	326.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	454.000	524.000	879.000
2.01.06	Provisões	139.000	112.000	83.000
2.01.06.02	Outras Provisões	139.000	112.000	83.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	139.000	112.000	83.000
2.02	Passivo Não Circulante	17.875.000	15.270.000	2.854.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	11.597.000	11.879.000	466.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.036.000	11.255.000	81.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	561.000	624.000	385.000
2.02.04	Provisões	6.278.000	3.391.000	2.388.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.089.000	1.104.000	357.000
2.02.04.02	Outras Provisões	4.189.000	2.287.000	2.031.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	4.169.000	2.260.000	1.998.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	20.000	27.000	33.000
2.03	Patrimônio Líquido	7.410.000	9.925.000	12.121.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000	5.991.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.045.000	4.107.000	6.559.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.987.000	-534.000	-429.000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.205.000	96.949.000	98.153.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-79.781.000	-89.687.000	-90.929.000
3.03	Resultado Bruto	6.424.000	7.262.000	7.224.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.408.000	-8.910.000	-5.977.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.787.000	-6.428.000	-4.489.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-809.000	-803.000	-734.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.800.000	-1.672.000	-759.000
3.04.05.01	Tributárias	-132.000	-203.000	-157.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-1.668.000	-1.469.000	-602.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.000	-7.000	5.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.000	-1.648.000	1.247.000
3.06	Resultado Financeiro	-645.000	-291.000	292.000
3.06.01	Receitas Financeiras	631.000	470.000	369.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	631.000	470.000	369.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.276.000	-761.000	-77.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.933.000	-1.590.000	-796.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	657.000	829.000	719.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-629.000	-1.939.000	1.539.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	314.000	778.000	-416.000
3.08.01	Corrente	-305.000	-811.000	-874.000
3.08.02	Diferido	619.000	1.589.000	458.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-315.000	-1.161.000	1.123.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,27000	-1,00000	0,96000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,27000	-1,00000	0,96000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.453.000	-105.000	-552.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	-1.691.000	-90.000	-713.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	238.000	-15.000	161.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.768.000	-1.266.000	571.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.610.000	323.000	-2.231.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.694.000	3.780.000	3.616.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-315.000	-1.161.000	1.123.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	382.000	317.000	214.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	12.000	7.000	-5.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	449.000	466.000	398.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	0	298.000	0
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	542.000	412.000	348.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	-1.000	12.000	-36.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	834.000	379.000	-243.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	-314.000	-778.000	416.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	641.000	2.921.000	1.113.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	45.000	68.000	52.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	985.000	747.000	78.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	434.000	92.000	158.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.175.000	-3.459.000	-5.886.000
6.01.02.01	Contas a receber	484.000	-1.125.000	-3.777.000
6.01.02.02	Estoques	205.000	-236.000	-249.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-116.000	106.000	-83.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-404.000	-982.000	-902.000
6.01.02.05	Outros ativos	9.000	30.000	13.000
6.01.02.06	Fornecedores	-534.000	-263.000	132.000
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-311.000	-875.000	-647.000
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-245.000	31.000	-212.000
6.01.02.09	Planos de pensão e saúde	-137.000	-116.000	-92.000
6.01.02.10	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-85.000	-5.000	-149.000
6.01.02.11	Outros Passivos	-41.000	-24.000	80.000
6.01.03	Outros	91.000	2.000	39.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	91.000	2.000	39.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-114.000	-2.838.000	-1.233.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-394.000	-710.000	-884.000
6.02.02	Adições em investimentos	0	0	-28.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	1.000	25.000	36.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	278.000	-2.156.000	-359.000
6.02.05	Dividendos recebidos	1.000	3.000	2.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.661.000	2.589.000	3.330.000
6.03.01	Operações de mútuo	0	-6.950.000	6.186.000
6.03.02	Captações	0	11.151.000	0
6.03.03	Amortizações de principal	-17.000	-202.000	-17.000
6.03.04	Amortizações de juros	-1.813.000	-462.000	-17.000
6.03.05	Dividendos pagos a acionistas	-684.000	-496.000	-520.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	0	-380.000	-2.259.000
6.03.10	Outras operações de financiamento	-147.000	-72.000	-43.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-165.000	74.000	-134.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	607.000	533.000	667.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	442.000	607.000	533.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-747.000	0	0	-747.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-747.000	0	0	-747.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-315.000	-1.453.000	-1.768.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-315.000	0	-315.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.453.000	-1.453.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-315.000	315.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-315.000	315.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	361.000	0	-1.291.000	0	0	-930.000
5.04.01	Aumentos de Capital	361.000	0	-361.000	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.000	0	0	-206.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-724.000	0	0	-724.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.161.000	-105.000	-1.266.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.161.000	0	-1.161.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105.000	-105.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	5.787.000	0	123.000	11.901.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	5.787.000	0	123.000	11.901.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206.000	-557.000	0	-351.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.123.000	-552.000	571.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.123.000	0	1.123.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-552.000	-552.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	566.000	-566.000	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	566.000	-566.000	0	0
5.07	Saldos Finais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	106.179.000	116.309.000	119.830.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	106.536.000	118.758.000	120.425.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	284.000	472.000	518.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-641.000	-2.921.000	-1.113.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.464.000	-98.450.000	-98.564.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-79.460.000	-89.819.000	-90.944.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.744.000	-3.677.000	-3.121.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-298.000	0
7.02.04	Outros	-3.260.000	-4.656.000	-4.499.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.260.000	-4.656.000	-4.499.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.715.000	17.859.000	21.266.000
7.04	Retenções	-449.000	-466.000	-398.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-449.000	-466.000	-398.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.266.000	17.393.000	20.868.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.698.000	1.693.000	1.389.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-12.000	-7.000	5.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.439.000	1.446.000	1.145.000
7.06.03	Outros	271.000	254.000	239.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	20.964.000	19.086.000	22.257.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	20.964.000	19.086.000	22.257.000
7.08.01	Pessoal	1.874.000	1.450.000	1.500.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	827.000	821.000	772.000
7.08.01.02	Benefícios	981.000	565.000	667.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	66.000	64.000	61.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	16.959.000	16.709.000	18.401.000
7.08.02.01	Federais	134.000	-757.000	1.071.000
7.08.02.02	Estaduais	16.799.000	17.447.000	17.309.000
7.08.02.03	Municipais	26.000	19.000	21.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.446.000	2.088.000	1.233.000

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.03.01	Juros	2.084.000	1.737.000	853.000
7.08.03.02	Aluguéis	362.000	351.000	380.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-315.000	-1.161.000	1.123.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
1	Ativo Total	31.398.000	31.241.000	27.619.000
1.01	Ativo Circulante	12.289.000	12.844.000	11.272.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	655.000	810.000	742.000
1.01.03	Contas a Receber	7.679.000	8.114.000	6.863.000
1.01.04	Estoques	2.678.000	2.843.000	2.606.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	591.000	424.000	502.000
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	591.000	424.000	502.000
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	219.000	100.000	4.000
1.01.06.01.02	Impostos e Contribuições	372.000	324.000	498.000
1.01.07	Despesas Antecipadas	587.000	498.000	380.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	99.000	155.000	179.000
1.01.08.03	Outros	99.000	155.000	179.000
1.01.08.03.01	Adiantamento a Fornecedores	62.000	112.000	140.000
1.01.08.03.02	Outros	37.000	43.000	39.000
1.02	Ativo Não Circulante	19.109.000	18.397.000	16.347.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.617.000	11.852.000	9.748.000
1.02.01.03	Contas a Receber	6.250.000	6.206.000	6.051.000
1.02.01.06	Tributos Diferidos	3.791.000	2.935.000	1.298.000
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.425.000	2.558.000	984.000
1.02.01.06.02	Impostos e contribuições	366.000	377.000	314.000
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.602.000	1.873.000	1.490.000
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	974.000	838.000	909.000
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	950.000	798.000	871.000
1.02.01.09.05	Outros Realizáveis a Longo Prazo	24.000	40.000	38.000
1.02.02	Investimentos	45.000	46.000	45.000
1.02.03	Imobilizado	5.986.000	6.039.000	6.100.000
1.02.04	Intangível	461.000	460.000	454.000

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2016	Penúltimo Exercício 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 31/12/2014
2	Passivo Total	31.398.000	31.241.000	27.619.000
2.01	Passivo Circulante	5.629.000	5.592.000	11.937.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	691.000	312.000	260.000
2.01.02	Fornecedores	2.650.000	3.047.000	3.168.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	833.000	692.000	6.933.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	805.000	644.000	6.891.000
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	28.000	48.000	42.000
2.01.05	Outras Obrigações	1.316.000	1.428.000	1.493.000
2.01.05.02	Outros	1.316.000	1.428.000	1.493.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	635.000	616.000	267.000
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições	205.000	249.000	337.000
2.01.05.02.05	Outras contas e despesas a pagar	476.000	563.000	889.000
2.01.06	Provisões	139.000	113.000	83.000
2.01.06.02	Outras Provisões	139.000	113.000	83.000
2.01.06.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	139.000	113.000	83.000
2.02	Passivo Não Circulante	18.359.000	15.724.000	3.561.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	12.076.000	12.331.000	1.169.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	12.009.000	12.250.000	1.072.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	67.000	81.000	97.000
2.02.04	Provisões	6.283.000	3.393.000	2.392.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.090.000	1.105.000	357.000
2.02.04.02	Outras Provisões	4.193.000	2.288.000	2.035.000
2.02.04.02.04	Plano de Pensão e de Saúde	4.172.000	2.262.000	2.001.000
2.02.04.02.06	Outras Provisões	21.000	26.000	34.000
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	7.410.000	9.925.000	12.121.000
2.03.01	Capital Social Realizado	6.352.000	6.352.000	5.991.000
2.03.04	Reservas de Lucros	3.045.000	4.107.000	6.559.000
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.987.000	-534.000	-429.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	86.637.000	97.280.000	98.528.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-80.172.000	-89.967.000	-91.237.000
3.03	Resultado Bruto	6.465.000	7.313.000	7.291.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.480.000	-8.949.000	-6.035.000
3.04.01	Despesas com Vendas	-3.845.000	-6.454.000	-4.524.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-828.000	-820.000	-748.000
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.806.000	-1.678.000	-761.000
3.04.05.01	Tributárias	-137.000	-208.000	-160.000
3.04.05.03	Outras Despesas/Receitas Operacionais Líquidas	-1.669.000	-1.470.000	-601.000
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	3.000	-2.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.000	-1.636.000	1.256.000
3.06	Resultado Financeiro	-622.000	-299.000	290.000
3.06.01	Receitas Financeiras	688.000	505.000	387.000
3.06.01.01	Receitas Financeiras	688.000	505.000	387.000
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.310.000	-804.000	-97.000
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.893.000	-1.597.000	-802.000
3.06.02.02	Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	583.000	793.000	705.000
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-637.000	-1.935.000	1.546.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	322.000	774.000	-423.000
3.08.01	Corrente	-307.000	-815.000	-881.000
3.08.02	Diferido	629.000	1.589.000	458.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-315.000	-1.161.000	1.123.000
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-315.000	-1.161.000	1.123.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,27000	-1,00000	0,96000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-0,27000	-1,00000	0,96000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.453.000	-105.000	-552.000
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais - plano de pensão e saúde	-1.691.000	-90.000	-713.000
4.02.02	IR e CSLL diferidos s/ perdas (ganhos) atuariais com planos de benefícios definidos	238.000	-15.000	161.000
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-1.768.000	-1.266.000	571.000
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-1.768.000	-1.266.000	571.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.632.000	482.000	-2.094.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	3.723.000	3.806.000	3.655.000
6.01.01.01	Lucro (Prejuízo) do Exercício	-315.000	-1.161.000	1.123.000
6.01.01.02	Despesa Atuarial com Planos de Pensão e Saúde	382.000	317.000	214.000
6.01.01.03	Resultado de Participações em Investimentos	1.000	-3.000	2.000
6.01.01.04	Depreciação e Amortização	454.000	471.000	403.000
6.01.01.05	Perda na Recuperação de Ativos - Impairment	0	298.000	0
6.01.01.06	Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	542.000	412.000	348.000
6.01.01.07	Resultado com alienação, baixa de ativos	-1.000	12.000	-40.000
6.01.01.08	Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas	842.000	408.000	-215.000
6.01.01.09	Imposto de Renda e Contribuição Social	-322.000	-774.000	423.000
6.01.01.11	Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	676.000	2.919.000	1.109.000
6.01.01.13	Apropriação de seguros, aluguéis e outros	45.000	68.000	52.000
6.01.01.14	Provisão para Processos Judiciais	985.000	747.000	78.000
6.01.01.15	Provisão para incentivo ao desligamento voluntário	434.000	92.000	158.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.182.000	-3.327.000	-5.786.000
6.01.02.01	Contas a receber	536.000	-1.038.000	-3.649.000
6.01.02.02	Estoques	204.000	-235.000	-250.000
6.01.02.03	Depósitos judiciais	-116.000	106.000	-83.000
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-404.000	-982.000	-902.000
6.01.02.05	Outros ativos	9.000	30.000	15.000
6.01.02.06	Fornecedores	-531.000	-259.000	124.000
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social pagos	-313.000	-879.000	-652.000
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições	-273.000	21.000	-226.000
6.01.02.09	Planos de pensão e saúde	-137.000	-116.000	-92.000
6.01.02.10	Plano de incentivo ao desligamento voluntário	-85.000	-5.000	-149.000
6.01.02.11	Outros Passivos	-72.000	30.000	78.000
6.01.03	Outros	91.000	3.000	37.000
6.01.03.01	Outros Ajustes	91.000	3.000	37.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-72.000	-2.905.000	-1.299.000
6.02.01	Adições de imobilizados e intangíveis	-402.000	-723.000	-959.000
6.02.02	Adições em investimentos	0	0	-27.000
6.02.03	Recebimentos pela venda de ativos	1.000	25.000	40.000
6.02.04	Investimentos em títulos e valores mobiliários	329.000	-2.208.000	-353.000
6.02.05	Dividendos recebidos	0	1.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.715.000	2.491.000	3.219.000
6.03.01	Operações de mútuo	0	-6.950.000	6.186.000
6.03.02	Captações	0	11.179.000	17.000
6.03.03	Amortizações de principal	-115.000	-299.000	-43.000
6.03.04	Amortizações de juros	-1.875.000	-521.000	-127.000
6.03.05	Dividendos pagos a acionistas	-684.000	-496.000	-520.000
6.03.08	Cessões de direitos creditórios - FIDC	7.000	-380.000	-2.251.000
6.03.10	Outras operações de financiamento	-48.000	-42.000	-43.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-155.000	68.000	-174.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	810.000	742.000	916.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	655.000	810.000	742.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-747.000	0	0	-747.000	0	-747.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-747.000	0	0	-747.000	0	-747.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-315.000	-1.453.000	-1.768.000	0	-1.768.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-315.000	0	-315.000	0	-315.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.453.000	-1.453.000	0	-1.453.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-315.000	315.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-315.000	315.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	3.045.000	0	-1.987.000	7.410.000	0	7.410.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000	0	12.121.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000	0	12.121.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	361.000	0	-1.291.000	0	0	-930.000	0	-930.000
5.04.01	Aumentos de Capital	361.000	0	-361.000	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-206.000	0	0	-206.000	0	-206.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-724.000	0	0	-724.000	0	-724.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.161.000	-105.000	-1.266.000	0	-1.266.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.161.000	0	-1.161.000	0	-1.161.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-105.000	-105.000	0	-105.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-1.161.000	1.161.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	6.352.000	0	4.107.000	0	-534.000	9.925.000	0	9.925.000

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.991.000	0	5.787.000	0	123.000	11.901.000	0	11.901.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.991.000	0	5.787.000	0	123.000	11.901.000	0	11.901.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	206.000	-557.000	0	-351.000	0	-351.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.123.000	-552.000	571.000	0	571.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.123.000	0	1.123.000	0	1.123.000
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-552.000	-552.000	0	-552.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	566.000	-566.000	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	566.000	-566.000	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.991.000	0	6.559.000	0	-429.000	12.121.000	0	12.121.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.01	Receitas	106.697.000	116.753.000	120.456.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.072.000	119.161.000	120.902.000
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	301.000	511.000	663.000
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-676.000	-2.919.000	-1.109.000
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-86.878.000	-98.762.000	-98.968.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-79.834.000	-90.067.000	-91.228.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.784.000	-3.741.000	-3.242.000
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-298.000	0
7.02.04	Outros	-3.260.000	-4.656.000	-4.498.000
7.02.04.01	Créditos Fiscais sobre Insumos adquiridos de terceiros	-3.260.000	-4.656.000	-4.498.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	19.819.000	17.991.000	21.488.000
7.04	Retenções	-454.000	-471.000	-403.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-454.000	-471.000	-403.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	19.365.000	17.520.000	21.085.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.753.000	1.740.000	1.412.000
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.000	3.000	-2.000
7.06.02	Receitas Financeiras	1.483.000	1.483.000	1.175.000
7.06.03	Outros	271.000	254.000	239.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	21.118.000	19.260.000	22.497.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	21.118.000	19.260.000	22.497.000
7.08.01	Pessoal	1.894.000	1.469.000	1.518.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	842.000	834.000	787.000
7.08.01.02	Benefícios	985.000	569.000	670.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	67.000	66.000	61.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	17.062.000	16.791.000	18.514.000
7.08.02.01	Federais	171.000	-720.000	1.120.000
7.08.02.02	Estaduais	16.864.000	17.490.000	17.372.000
7.08.02.03	Municipais	27.000	21.000	22.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	2.477.000	2.161.000	1.342.000

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016	Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014
7.08.03.01	Juros	2.116.000	1.811.000	965.000
7.08.03.02	Aluguéis	361.000	350.000	377.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-315.000	-1.161.000	1.123.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-315.000	-1.161.000	1.123.000

Relatório da Administração

Relatório da Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Atuamos em um mercado que acompanha o desenvolvimento da sociedade. Em 2016, assim como no exercício anterior, o mercado de distribuição de combustíveis manteve a tendência de redução de volumes comercializados. O menor nível de atividade econômica no país impactou as vendas do setor, que encerrou o ano com retração de 5% em relação a 2015. Esse fator afeta significativamente o segmento de clientes industriais e de termoelétricas, em que a Petrobras Distribuidora tem maior participação. Nesse contexto, nossa companhia comercializou 45,8 milhões m³ em 2016, 14,6% a menos que o ano anterior.

Apesar da forte geração de caixa, com desempenho 446,1% superior ao ano anterior, nossa dívida bruta encerrou 2016 em patamar similar a 2015. Esse endividamento está associado, principalmente, à inadimplência de empresas do setor elétrico pertencentes ao Sistema Eletrobras. Dos cerca de R$ 9 bilhões do valor devido por esses clientes, R$ 6,2 bilhões já foram negociados e estão sendo recebidos. O restante está ajuizado e em negociação. Além disso, tomamos medidas que impedem o crescimento da dívida das térmicas.

Estamos acompanhando atentamente as mudanças do cenário de abastecimento de combustíveis no Brasil e os impactos na logística de distribuição. Nesse sentido, embora continue tendo a Petrobras como principal fornecedor, realizamos aquisições de outras origens, inclusive via importação. Verificamos um viés favorável para isso em 2016 e as operações devem continuar em 2017.

A Petrobras Distribuidora vem executando diversas ações para posicionar-se de forma cada vez mais competitiva. As iniciativas contemplam o aumento da rentabilidade, o fortalecimento da cultura de segurança nas operações, a redução do endividamento, a inovação e a valorização da marca. Uma dessas medidas, voltada para a adequação do efetivo e dos custos, foi a implantação de um Programa de Incentivo à Demissão Voluntária, o PIDV BR 2016, com prazo de desligamento até julho de 2017. A projeção do efetivo da companhia é dinâmica e deve adaptar-se à realidade do mercado.

Temos códigos e padrões éticos que nos guiam no desenvolvimento dos nossos negócios e estamos avançando na aplicação dos nossos instrumentos de governança, gestão de risco, conformidade e controles. Aprimoramos o nosso programa de integridade com a implantação de mecanismos de prevenção, detecção e resposta a eventos de fraude e corrupção e outras possíveis irregularidades. Nesse sentido, vale citar a integração ao Canal de Denúncia Petrobras, a avaliação de integridade dos fornecedores, na qual lhes é atribuído um grau de risco de integridade - o Due Diligence de Integridade de fornecedores e a Análise de Integridade para designação de executivos.

Nosso compromisso com a entrega de resultados, com a conduta ética e a conformidade é permanente. Estamos respondendo aos desafios e vamos continuar assim, com prontidão para mudanças. Agradeço ao empenho da nossa equipe, de todos os que vestem a marca Petrobras e estão sempre prontos para oferecer os produtos e serviços que movem pessoas e negócios a realizarem todo seu potencial.

Ivan de Sá

Presidente

Relatório da Administração

PERFIL

Somos uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, fundada em 1971, que atua em todos os estados brasileiros, na comercialização e distribuição de derivados de petróleo, gás natural, etanol e biocombustíveis.

Somos líder no setor, exercendo atividades no mercado de rede de postos de serviço e no mercado consumidor, que tem como clientes indústrias, empresas aéreas e aviação executiva, governos, empresas de transporte, termelétricas, transportadores revendedores retalhistas (TRRs), entre outros.

Para atender aos mais de 8.000 postos de serviço da rede e aproximadamente 14.100 clientes consumidores, nos valemos da capilaridade de nossa infraestrutura logística, atuando em 74 localidades que abrangem todas as unidades federativas do país, contando com bases próprias, bases compartilhadas e armazenagens em terceiros, cuja capacidade de armazenagem alcança a marca de 1,9 milhão de m³. Contamos ainda com a presença em 108 aeroportos, uma fábrica de lubrificantes, seis fábricas de asfalto, uma unidade de envase de Arla-32, sete garagens compartilhadas (Centrais Avançadas de Inspeção de Serviços – CAIS) e 23 depósitos, sendo 18 de lubrificantes e cinco de produtos químicos.

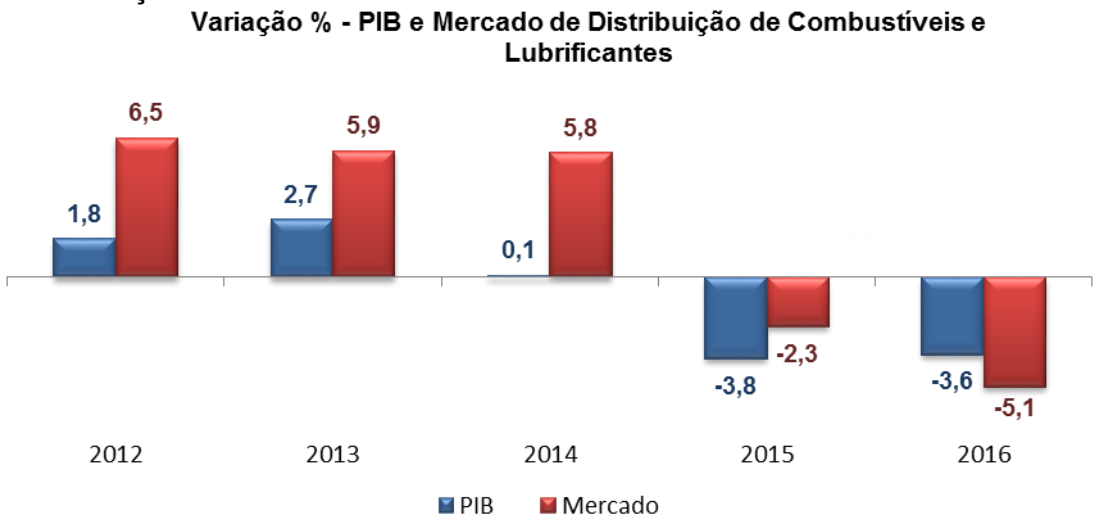
Detemos, ainda, participação societária na Stratura Asfaltos S.A (100%), no Fundo de Investimento Imobiliário – FCM (99,01%), CDGN Logística S.A. (49%), BRF Biorefino de Lubrificantes S.A. (49%), Brasil Supply S.A. (0,38%), Brasil Carbonos S.A. (49%), Pecém Energia S.A. (45%) e Energética Camaçari Muricy II S.A. (50%).

RESULTADOS E NEGÓCIOS

Análise do Mercado de Distribuição

O mercado nacional de distribuição de combustíveis em 2016 teve queda de 5,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Segundo ano consecutivo de queda, porém em maior magnitude, influenciado pela combinação de alguns fatores que impactaram diretamente a demanda de combustíveis, principalmente a expressiva diminuição da atividade econômica, a queda da massa de rendimentos da população e a redução do consumo das termelétricas, repetindo com mais intensidade o cenário econômico de 2015.

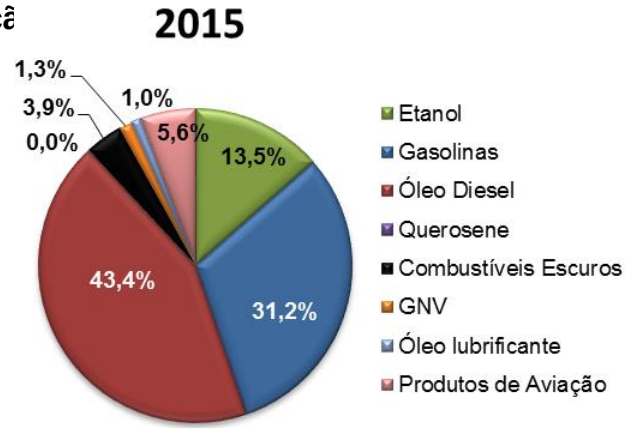
Relatório da Administração

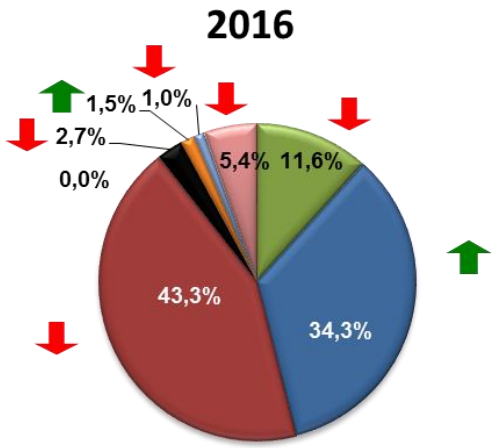


Em 2016, foram comercializados 125,3 milhões de m³ de combustíveis e lubrificantes. O consumo de diesel, embora em queda, manteve relativamente estável sua participação na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes. Por outro lado, a redução expressiva do consumo de etanol e combustíveis escuros diminuiu a participação desses produtos na matriz energética, conforme demonstrado a seguir. Já o consumo de gasolina teve forte aumento em 2016, fazendo com que a gasolina ganhasse 3,2 p.p de participação na matriz de consumo de combustíveis e lubrificantes, recuperando parte de participação que havia perdido para o etanol em 2015.

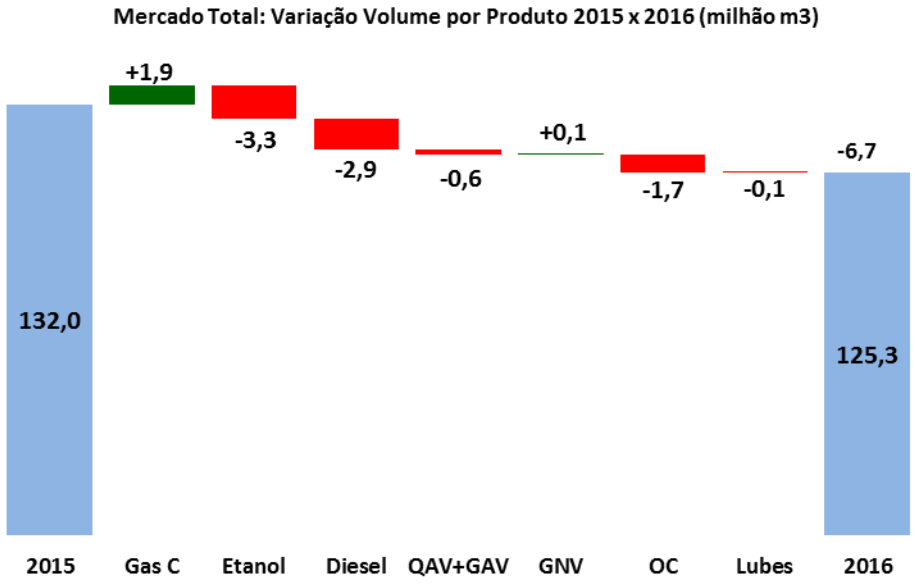
Participação dos Produtos – Mercado Global

Relatório da Administraçã





A queda de consumo de combustíveis e lubrificantes de 5,1% foi impactada pelo comportamento das vendas de diesel e óleo combustível, que caíram 5,1% e 34,0%, respectivamente. O Ciclo Otto (gasolina C + etanol H + GNV) teve leve queda de 0,6%, apesar da alta da gasolina de 4,6% e do GNV de 3,9%, sinalizando que essas altas refletem mais o efeito da migração do consumo de etanol hidratado, que por sua vez caiu 18,3%, do que a recuperação de consumo efetiva.



Após queda expressiva de 7,3% no consumo da gasolina em 2015, o volume de vendas voltou a subir em 2016, com alta de 4,6%. Na maior parte do ano, o preço da gasolina ficou mais competitivo em relação ao

Relatório da Administração

O etanol hidratado consumo foi estimulado por poucos estados, por apenas alguns meses do ano. Em consequência, o consumo de etanol hidratado caiu 18,3% após ter subido por três anos consecutivos.

Quanto ao consumo de combustíveis escuros, o fornecimento reduzido para termelétricas para geração de energia em 2016, em razão do desligamento das usinas face ao melhor nível dos reservatórios de água, gerou uma queda nas vendas de 34,0% sobre 2015, pelo segundo ano consecutivo. No exercício anterior, o consumo caiu 20,1%. Também contribuiu para esta queda o consumo industrial face à crise que vive este setor.

Após ter caído 4,7% em 2015, o mercado de diesel teve nova queda de 5,1%, impactado pelo desempenho negativo generalizado da economia, resultando num menor volume de cargas movimentadas pelo setor de transportes, altamente demandante de diesel de uso rodoviário. O consumo de diesel por parte das térmicas foi bem menor em 2016, contribuindo também para essa queda.

O consumo de combustíveis de aviação encolheu 8,0% em 2016 após a retração de 1,8% em 2015. A queda da atividade econômica levou a uma redução expressiva principalmente dos passageiros corporativos. A otimização de malha aérea, a retirada de aeronaves e a redução de oferta de passagens pelas companhias aéreas foram outros fatores que influenciaram o consumo.

Desde 2015, se mantêm atrativas as importações de gasolina e diesel realizadas pelos diversos agentes de mercado por importadores autorizados pela ANP (Agência Nacional do Petróleo).

Em outubro de 2016, a Petrobras implementou sua nova política de preços, com reajuste mensais refletindo a flutuação dos preços internacionais e demanda do mercado nacional.

Nota: Os dados de mercado estão sujeitos a revisão, caso ocorra alteração por parte da ANP.

Relatório da Administração

Desempenho Comercial

Segmento Revendedor

Mantivemos a liderança no mercado revendedor de combustíveis em 2016, com market share anual de 25,4% e volume comercializado na ordem de 23,4 milhões de m³.

Desenvolvemos uma série de ações visando à fidelização de nossos clientes, à melhoria da gestão de nossos revendedores e franqueados e ao aprimoramento contínuo de nossos produtos e serviços. Entre as principais iniciativas adotadas, destacamos o lançamento da 8ª edição do Plano Integrado de Marketing (PIM), que engloba diversos programas da companhia para a valorização do atendimento, o aumento das vendas e a fidelização de clientes.

Em seu 4º ano de atividade, o Petrobras Premmia, programa de fidelidade da rede de postos Petrobras, ultrapassou 10,3 milhões de consumidores finais cadastrados. As variadas opções de resgate de pontos estão presentes em nossos pontos de venda e em parceiros de diferentes segmentos do varejo. O programa tem ampliado sua força como instrumento de incentivo a recompra e aumento do ticket médio entre os participantes ativos, o que demonstra sua importância para a fidelização de consumidores à nossa rede de postos.

Nas lojas de conveniência BR Mania, a troca de pontos por produtos de marca própria cresceu de forma significativa em 2016 e já é uma das opções com maior quantidade de resgates do portfólio do Petrobras Premmia, contribuindo para a experimentação dos produtos e trazendo consumidores da pista para a loja.

Através do programa de incentivo Desafio Petrobras, oferecemos aos nossos revendedores e franqueados, ferramentas de gestão dos negócios e de motivação de suas equipes, visando a incrementar as vendas e melhorar a padronização de imagem e a qualidade do atendimento na rede de postos Petrobras.

Com foco no atendimento e satisfação de nossos consumidores, o Programa Capacidade Máxima, programa de capacitação para os postos de serviço da Petrobras Distribuidora e suas franquias, promoveu treinamentos para Revendedores, Franqueados, Frentistas, Gerentes de pista, Gerentes de loja, Promotores de loja e Lubrificadores. O ciclo 2016 de treinamentos contou com adesão de cerca de 3.400 postos em 850 municípios e tem previsão de 90.000 capacitações até o seu final.

O Programa De Olho no Combustível, programa pioneiro e mais consistente do segmento automotivo no controle da qualidade, completou 20 anos de existência, em plena atividade. São milhões de quilômetros rodados por ano, em todo território nacional, para garantir que o consumidor abasteça seu veículo com segurança e com produtos rigorosamente dentro das especificações na rede de postos com a marca Petrobras.

Lojas de Conveniência BR Mania

Em 2016, a rede de lojas BR Mania atingiu a marca de 1.303 unidades, sendo 489 com BR Mania Café, 234 com BR Mania Padaria e 122 com o serviço Sanduíches e Saladas, revitalizado neste ano.

Foram lançados 30 produtos na linha de food service de marca própria, que conta com 150 itens e possui uma logística exclusiva . A categoria alcançou crescimento de 46% em relação ao ano anterior.

Relatório da Administração

Um destaque de 2016 foi a obtenção, pela 3ª vez consecutiva, do Selo de Excelência em Franchising, concedido pela ABF (Associação Brasileira de Franchising). A BR Mania é a única loja de conveniência do segmento de distribuição de combustíveis que possui o selo de excelência.

Centros de lubrificação Lubrax+

A rede Lubrax+ registrou mais um ano de expansão em 2016, totalizando 1.529 unidades, o que significa um crescimento de 9% em relação ao ano anterior. Mais de 2.500 lubrificadores foram treinados em toda a rede.

Produtos

Com a aplicação de tecnologia de ponta, a Petrobras Distribuidora lançou o lubrificante mais moderno da sua linha destinada a veículos a diesel pesados (ônibus e caminhões), o LUBRAX EXTREMO HD. Trata-se de um óleo sintético, com viscosidade SAE 5W-30, desenvolvido para o atendimento das especificações dos principais fabricantes de motores diesel, contribuindo para a redução do consumo de combustível, sendo recomendado para motores equipados com sistema de tratamento dos gases de escape como EGR (Sistema de Recirculação de Gases). Atendendo aos requerimentos do padrão Euro V (PROCONVE P7) e Euro VI, a sua tecnologia promove a limpeza dos pistões e controle da formação de fuligem e do desgaste prematuro das peças do motor, proporcionando maior rendimento e maior vida útil.

Grandes Consumidores

Em 2016, atendemos cerca de 7.200 clientes, atingindo um market share de 46,9% do mercado de grandes consumidores, resultante de 15,6 milhões de m³ de produtos vendidos.

O forte desaquecimento da economia resultou numa retração da ordem de 12,3% no mercado consumidor. A abertura da paridade de importação do óleo diesel durante a maior parte do ano incentivou a entrada de novos players nesse mercado, acirrando ainda mais a concorrência.

Relatório da Administração

As vendas para geração de energia foram impactadas pela redução do despacho complementar no Sistema Interligado Nacional, com a geração de energia a partir de fontes de menor custo, tais como usinas eólicas e novas hidrelétricas. No Sistema Isolado, em alguns Estados, houve a consolidação da mudança do modelo de negócio, tendo a comercialização de combustíveis migrado das Distribuidoras de Energia Elétrica Estaduais para os PIEs – Produtores Independentes de Energia.

Apesar desse cenário, firmamos contratos de fornecimento de longo prazo com grandes empresas dos segmentos de transporte, alimentício, mineração, energia, etc.

Devido à retração do mercado interno, buscamos elevar as exportações de lubrificantes, resultando em um incremento de 27%, em relação a 2015, nas vendas para os mercados do Paraguai, Uruguai, Chile, Argentina e Colômbia.

Aviação

No segmento de aviação, alcançamos um market share de 55,1%, mantendo a liderança conquistada em 1997. Em 2016, foram cerca de 3 mil clientes atendidos em todo o território nacional, com uma média de aproximadamente 63 mil operações de abastecimentos de aeronaves por mês. Atingimos 3,8 milhões de m³ em vendas, apesar da retração na ordem de 8,0% deste mercado, reflexo da otimização das malhas de voos pelas companhias aéreas.

Encerramos o ano de 2016 com uma rede de 108 aeroportos e, buscando otimizar nossas operações, encerramos nossas atividades em 5 localidades: Belém (Júlio César)/PA, Conceição do Araguaia/PA, Itirapina/SP, Aeroclube de João Pessoa/PB e Coari/AM.

O ano foi marcado ainda pela realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016, que exigiu uma grande mobilização do setor aéreo para garantir a eficiência do funcionamento dos aeroportos. A BR Aviation participou ativamente desse processo, garantindo o atendimento com excelência operacional e superando diversos desafios logísticos, característicos deste grande evento mundial.

Negócios de Energia

Na área de combustíveis sólidos, comercializamos 3,8 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo (CVP).

Em nossa concessão de gás natural do Espírito Santo, ultrapassamos a marca de 44 mil clientes ativos, sendo a maioria nos segmentos residencial e comercial. Entretanto, as vendas do segmento industrial foram impactadas, principalmente, pela interrupção de operações no segmento de mineração, em função do acidente nas barragens de rejeito de minério em Mariana (MG), ocorrido em novembro de 2015.

Na área de energia, contamos atualmente com 110 MW de energia instalados através de projetos de geração em todo território nacional. A partir de nossas soluções energéticas, garantimos o fornecimento total de energia elétrica para as plantas de mineração e beneficiamento de bauxita da Alcoa, localizadas em Juruti/PA. Adicionalmente, iniciamos a operação comercial do projeto de eficiência energética na Estação de Tratamento de Água da Cedae (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do RJ), unidade responsável pelo abastecimento de água para mais de 1,7 milhão de habitantes.

Produtos Químicos

No segmento de mercado de produtos químicos, a quantidade vendida de enxofre, insumo na produção de ácido sulfúrico, detergentes, sabão em pó, vulcanização de borracha e na clarificação de açúcar, foi de 241 mil toneladas em 2016, garantindo o escoamento de toda a produção da Petrobras.

O volume de vendas de solventes comercializado em 2016 totalizou 173 mil m³. Os solventes são utilizados na indústria de tintas e vernizes, na extração de óleos e gorduras vegetais, principalmente óleo de soja, e na produção de adesivos de contato.

No mercado de ureia, vendemos 40 mil toneladas em 2016. A ureia é utilizada, principalmente, como fertilizante agrícola, sozinha ou em misturas, na complementação da alimentação do gado, na fabricação de resinas e colas industriais e como agente redutor de emissões de motores a óleo diesel.

No suprimento de produtos químicos para a exploração e produção de óleo e gás, nosso volume de vendas foi de 281 mil m³, com o aumento do foco na atividade de produção de óleo e gás pela Petrobras.

Segmento Asfáltico

Em 2016 mantivemos a posição de maior distribuidora de asfaltos, comercializando 461,6 mil toneladas de produtos asfálticos. Após uma forte retração nesse mercado, de 36,3% entre 2014 e 2015, em 2016 houve ligeira recuperação de 5,5%.

Para o aperfeiçoamento da atuação no mercado de asfaltos estão sendo desenvolvidas ações para unificação desta atividade na Stratura Asfaltos S.A., subsidiária integral da BR.

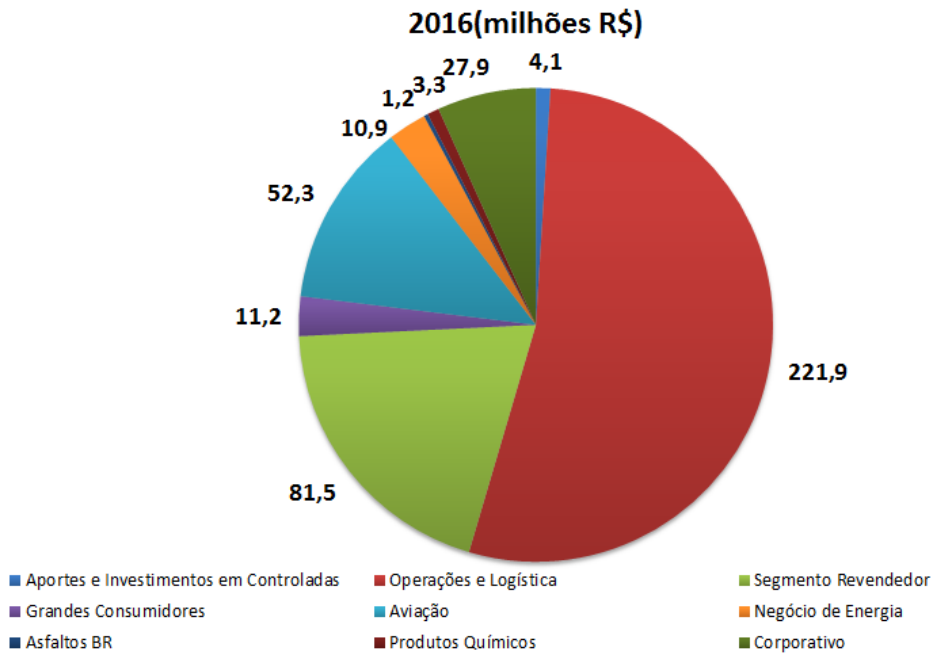
Logística e Suprimento de Combustíveis

Em linha com as oportunidades observadas tanto no mercado interno como internacional, buscamos intensificar nosso posicionamento em infraestrutura logística em locais estratégicos, por meio de contratos de armazenagem ou investimentos/modernização de ativos próprios.

Relatório da Administração

Investimentos

A Petrobras Distribuidora, juntamente com suas controladas, investiu R$ 414 milhões, concentrados na manutenção das infraestruturas operacional e varejista de distribuição de derivados de petróleo e gás natural. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos por segmento de negócio.



Os investimentos realizados são distribuídos em (i) projetos de ampliação, melhorias e automação das unidades operacionais destinadas à distribuição de derivados de petróleo e biocombustíveis (etanol e biodiesel), visando o aumento da eficiência logística e operacional, além de projetos relacionados à segurança, meio ambiente e saúde nessas unidades; (ii) aportes e investimentos em empresas controladas; (iii) manutenção e ampliação da infraestrutura da nossa rede de postos; (iv) investimentos em tecnologia da informação e na modernização da infraestrutura de suporte; e (v) investimentos em infraestrutura de atendimento a clientes nos diferentes segmentos de negócios.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

A sustentabilidade, juntamente com agregação de valor, marca e inovação, é uma das estratégias de nosso Plano Estratégico.

Como subsidiária da Petrobras, signatária do Pacto Global da ONU, consideramos os 10 Princípios dessa iniciativa na nossa atuação. Além disso, realizamos análise sobre a relação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS em nossas atividades.

Somos signatários do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo INPacto e incluímos em todos os nossos contratos cláusulas que proíbem a utilização do trabalho escravo, infantil e degradante por nossos fornecedores.

Desde 2009, participamos do Programa Pró-equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal. Fomos contemplados com três selos de reconhecimento pelas ações implementadas nas três edições.

Esse ano também realizamos a campanha “Turma do Disque 100”, sobre a garantia dos direitos de crianças e adolescentes, divulgando o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos, e envolvendo escolas de

Relatório da Administração

comunidades vizinhas às nossas instalações. Por essa e outras iniciativas, temos sido contemplados, anualmente, desde 2004, com o selo da Fundação Abrinq, como uma "Empresa Amiga da Criança".

O ano de 2016 também marcou a revitalização do Cidadão Capaz, nosso projeto de adaptação de Postos Petrobras, com base na NBR-9050/2004, para que pessoas com deficiência possam ser empregadas na rede. Em setembro, foi inaugurado um novo posto na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, com a contratação de funcionários com deficiência.

No que se refere à Política de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, buscamos a sustentabilidade em atividades e processos e nos comprometemos com as melhores práticas do mercado de distribuição, com a melhoria contínua e com a minimização dos impactos adversos inerentes aos negócios, alinhados ao nosso Plano Estratégico e PNG.

A governança vem sendo suportada por comissões específicas para temas como Segurança Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES), Sustentabilidade e Transporte, que se desdobram em Programas Corporativos, com seus respectivos indicadores. Dentre eles destacamos o Programa de Melhoria Contínua (PMC), que reúne as ações de SMES e Responsabilidade Social (RS) da companhia.

Na gestão da segurança e contingência atuamos em prevenção, redução da acidentalidade, controle dos riscos e prontidão para situações de emergência. Em alinhamento com a Petrobras, destacamos o Programa Compromisso com a Vida, focado no reforço da segurança de processo baseada em análises de riscos, na obrigação de fazer, nas ações integradas e no sistema de consequências; e a implantação das 10 regras de ouro, cujo objetivo é prevenir danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança.

A Taxa de Acidentados Registráveis - TAR em 2016 (0,98) teve uma redução de 36% em relação à 2015 (1,54). Este resultado reflete a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a segurança dos trabalhadores.

Também atuamos por meio do Programa Obras Seguras, focado em unidades operacionais, reduzindo o risco de acidentes em obras; realizamos simulados de emergência; coordenamos o Programa de Gerenciamento de Risco no Transporte, com ênfase na universalização do monitoramento da frota a serviço da Petrobras Distribuidora; e ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece os motoristas pelo seu desempenho e manutenção dos indicadores de segurança e sustentabilidade socioambiental.

A gestão ambiental é suportada por sistemas de informação, e busca a melhoria do desempenho com ações sistemáticas que promovem a redução do uso dos recursos naturais, a atuação ecoeficiente e o atendimento à conformidade legal, dentre as quais destacam-se: o uso de selo flutuante em tanques de gasolina para redução de Compostos Orgânicos Voláteis (COVs), bem como a utilização de Unidades de Recuperação de Vapor (URVs) em 5 de nossas unidades; reuso de efluente tratado e aproveitamento de água de chuva; além de realização de teste de estanqueidade, aplicação de check list de inspeção para postos, realização de rondas diárias para identificação de desvios, manutenção preventiva e aplicação de padrões de engenharia com o objetivo de prevenir a geração de passivos ambientais.

Salienta-se ainda a tomada de ações de prevenção de impactos ao meio físico e à biodiversidade, com o mapeamento e a identificação de áreas protegidas próximas às nossas instalações operacionais e a aplicação de padrões corporativos e treinamentos virtuais e presenciais para a força de trabalho relativos aos principais temas ambientais, como resíduos, recursos hídricos, emissões atmosféricas e prevenção de passivos ambientais.

Buscamos também a inclusão da eficiência energética nas operações da companhia, por meio de ações e de orientações que contribuem para a elaboração de procedimentos que permitem a otimização do desempenho energético. Deste processo decorrem o Programa Transporte Ecoeficiente para a redução do consumo de combustíveis nos transportes contratados pela companhia e projetos envolvendo iluminação de baixo consumo, o uso racional da energia nas áreas operacionais e administrativas, capacitação da força de trabalho e definição de metas e indicadores para a gestão da eficiência energética.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Relatório da Administração

Recursos Humanos

Em 2016, conduzimos uma série de medidas que tiveram por objetivo alcançar os resultados planejados pela companhia, tornando-nos mais competitivos. Entre tais medidas, destacamos a implantação do programa de incentivo ao desligamento voluntário (PIDV), de treinamento e desenvolvimento, de gestão de conhecimento e sucessão gerencial.

O PIDV teve o objetivo de adequar o efetivo da companhia considerando o plano de desinvestimento e as metas do PNG 2017-2021, compatibilizando-as com as expectativas dos empregados, além de preservar os conhecimentos existentes e garantir a continuidade operacional da companhia. As inscrições foram voluntárias e ocorreram durante os anos de 2015 e 2016 abrangendo, no ciclo de 2015, os empregados aposentados em permanência e com idade igual ou superior a 55 anos em 30/12/2015 e, no ciclo de 2016, todos os empregados com mais de 10 anos de tempo de companhia em 30/12/2016. Foram 316 desligamentos em 2016 e 1.105 inscrições para desligamento em 2017.

Para fortalecer a atração e a retenção de empregados, possuímos diversas ações com foco em benefícios e em programas de qualidade de vida. Entre eles, destacamos: (i) Assistência Médica Supletiva (AMS): plano de assistência médica destinado a empregados, aposentados e pensionistas da companhia e seus respectivos dependentes, contemplando, em 31/12/2016, aproximadamente 18.000 beneficiários; (ii) programas que visam à manutenção da qualidade de vida e saúde de seus empregados e dependentes como o
Programa Alimentação Saudável; Programa de Atividade Física;

Relatório da Administração

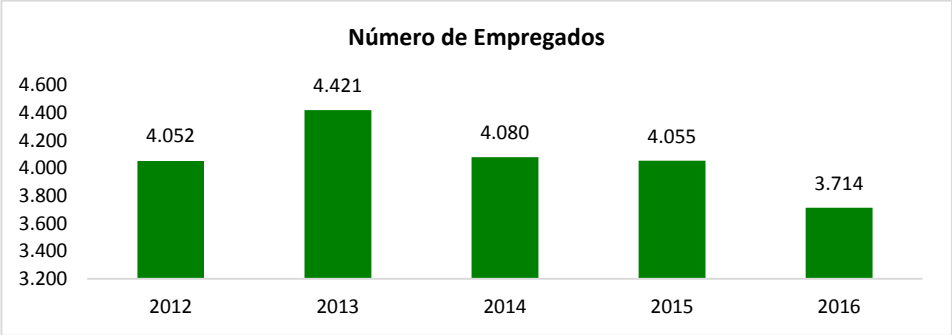
Campanha de Vacinação Antigripal; e Programa de Apoio à Gestante e Aleitamento Materno - GESTAL; (iii) plano de previdência complementar para suplementação aos benefícios concedidos pelo INSS., administrado pela Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social; (iv) benefícios educacionais cujo objetivo é de contribuir para a formação e a instrução dos dependentes dos empregados da companhia desde a creche até o ensino universitário.

Investimos R$ 5,2 milhões em programas de treinamento e desenvolvimento em 2016. A carga horária média de treinamento por empregado no ano foi de 40 horas. Inovamos com a realização de diversos treinamentos por videoconferência. Como resultado dessa iniciativa, obtivemos a participação de mais de 400 empregados com até 15 salas conectadas simultaneamente e 9 temas diferentes. Uma das sistemáticas adotadas pela companhia para disseminar conhecimentos são os cursos de ensino a distância (EAD), que em 2016 alcançou mais de 10 mil participações de empregados nesse tipo de treinamento.

Fortalecemos a implantação do Modelo Corporativo de Sucessão com a formação do banco de potenciais líderes BR. Este programa, iniciado em 2015, teve 133 candidatos avaliados pelo processo de assessment center, cujos resultados foram analisados pelas Comissões de Sucessão Gerencial das Diretorias e Presidência, finalizando com 83 empregados selecionados para o banco.

Como instrumento de monitoração e diagnóstico da ambiência da companhia, realizamos anualmente a Pesquisa de Ambiência Organizacional, que contou, em 2016, com a participação de 80,5% dos empregados. O Nível de Comprometimento do Empregado (NCE) foi de 75% e o Índice de Satisfação do Empregado (ISE) alcançou 76%.

Fechamos 2016 com 3.714 empregados, uma redução de 341 empregados, o que corresponde a uma diminuição de 8,4% em relação a 2015. Atualmente, 0,6% dos empregados são portadores de deficiência. Seguem abaixo alguns indicadores de efetivo.



Governança Corporativa e Organização Geral

Nossa estrutura de governança corporativa é formada por Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração (CA) e seus Comitês; Auditoria; Ouvidoria; Gerência de Governança, Risco e Conformidade; Diretoria Executiva (DE) e seus Comitês.

O Estatuto Social da companhia foi reformado, conferindo ao Conselho de Administração maior atuação no direcionamento da companhia, sendo formalizada a criação do Comitê Estratégico Estatutário de

A Assessoria de Auditoria é aprovado pelo Conselho de Administração o Comitê de Auditoria, ambos vinculados a este colegiado.

Reavaliamos, outrossim, o modelo de governança da companhia, com a aprovação pelo Conselho de Administração da revisão do manual de governança corporativa, que consolida instrumentos voltados às melhores práticas de governança corporativa, da revisão dos regimentos internos dos comitês estatutários de Negócios e de Suprimentos de Álcool e Derivados de Petróleo, e a estrutura de Comitês de Executivos vinculados à Diretoria, que passará a contar com o assessoramento dos seguintes comitês: 1) Crédito e Cobrança; 2) Recursos Humanos; 3) Tecnologia da Informação; 4) Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS); 5) Inovação; 6) Marketing; e 7) Governança, Conformidade, Gestão de Riscos e Controles Internos.

Com relação ao processo decisório, a companhia promoveu a revisão dos limites de alçadas do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, tendo sido aprovada a Matriz de Limites de Atuação (MLA).

Gestão de Riscos, Conformidade e Controles Internos

Em 2016, continuamos o trabalho de aprimoramento da governança corporativa e das medidas de prevenção e apuração de fraude e corrupção. Notadamente neste ano iniciamos as atividades da nova Gerência Executiva de Governança, Riscos e Conformidade (GGRC). Vinculada ao Conselho de Administração, esta nova estrutura foi constituída com a missão de elaborar e monitorar a execução do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos, e gerir e orientar as atividades de conformidade e controles internos.

Com as lições e experiências aprendidas pela companhia na prevenção e apuração de fraude e corrupção, tivemos a oportunidade de implementar novos processos e controles, contribuindo para o fortalecimento da integridade empresarial da Petrobras Distribuidora.

Aperfeiçoamos o Programa BR de Prevenção à Corrupção por meio de iniciativas, das quais podemos citar as seguintes: i) aprovação da norma de aplicação de sanções administrativas a fornecedores, que regulamenta o procedimento para aplicação de punições aos fornecedores da BR que pratiquem irregularidades (as punições podem variar de suspensão a impedimento de contratar com a companhia); ii) implantação do processo de Due Diligence de Integridade de Fornecedores na BR, pelo qual é realizada uma avaliação de integridade dos fornecedores e lhes é atribuído um grau de risco de integridade; e iii) a realização de treinamentos e palestras para os nossos empregados focados na promoção de padrões éticos.

No âmbito de riscos corporativos, buscamos aprofundar o trabalho iniciado em 2015, quando foi aprovada pelo Conselho de Administração a Política de Gestão de Riscos Empresariais da Petrobras Distribuidora. O processo de aperfeiçoamento busca associar a visão econômico-financeira a elementos de gestão contra ameaças à vida, à saúde e ao meio ambiente, à imagem e reputação e de combate à fraude e corrupção, dentre outros riscos.

Com relação às iniciativas de controles internos, ampliamos o escopo de processos mapeados, considerando as melhores práticas de controle, bem como atualizamos os demais processos mapeados por meio da autoavaliação pelos gestores. Assessoramos e acompanhamos ainda os gestores no aprimoramento dos controles internos destes processos de negócio e dos sistemas que os suportam.

Por fim, cumpre registrar que a companhia passou a integrar o Canal de Denúncia Petrobras, mantido por empresa independente, externa ao Sistema Petrobras. A Petrobras Distribuidora estimula seus empregados e demais públicos de interesse a relatar irregularidades e transgressões de normas. O Canal de Denúncia Petrobras garante o caráter sigiloso da denúncia, o anonimato do denunciante e inviabiliza retaliações.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O mercado de derivados apresentou retração no volume comercializado pelo segundo ano consecutivo, sendo o desempenho do mercado em 2016, 5% menor do que o observado no exercício anterior.

Relatório da Administração

Impactados pelo baixo nível de atividade econômica no país, que afeta significativamente o segmento de clientes industriais e no qual é maior nossa participação, somada à menor demanda de combustíveis por empresas do sistema elétrico e à menor competitividade do etanol em 2016, o volume de vendas da Petrobras Distribuidora em 2016 foi cerca de 15% menor do que o volume comercializado em 2015.

Apesar da constante seletividade nas opções de negócios e da busca por valor adicionado, nosso menor volume de vendas no período foi determinante e o lucro bruto gerado com a venda de produtos e serviços foi de R$ 6.465 milhões, 11,6% abaixo do desempenho do ano anterior.

A Petrobras Distribuidora apresentou em 2016 um prejuízo líquido de R$ 315 milhões, afetado significativamente por provisionamentos com processos judiciais que, somados às perdas judiciais, totalizaram R$ 1.079 milhões, além do registro em nosso resultado de R$ 676 milhões de Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Devido à situação financeira das empresas do setor elétrico que atuam no chamado Sistema Isolado, basicamente na Região Norte do Brasil, atrasos no pagamento por parte dessas empresas são registrados como PECLD e, em 2016, somente esse grupo de empresas foi responsável por R$ 413 milhões de provisões em nosso resultado. Houve também o provisionamento de R$ 444 milhões em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário 2016 da Petrobras Distribuidora, cujas inscrições se encerraram no final de 2016.

O EBITDA, sigla em inglês se refere ao lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization), encerrou 2016 com um desempenho de R$ 439 milhões. Para chegarmos ao valor do EBITDA, foi somado ao prejuízo líquido do exercício, a depreciação e amortização, o resultado financeiro líquido, o imposto de renda e a contribuição social de 2016.

Outro indicador utilizado pela administração da companhia para medir nosso desempenho e apresentado periodicamente ao nosso Conselho de Administração é o EBITDA Ajustado, sendo que, além dos valores para a obtenção de nosso EBITDA, são realizados alguns outros ajustes que nos possibilitam melhor mensuração do desempenho operacional da Petrobras Distribuidora e comparação às demais empresas do mercado de distribuição de derivados. O EBITDA Ajustado da Petrobras Distribuidora em 2016 foi de R$ 2.995 milhões, montante 13,2% menor que nosso EBITDA Ajustado de 2015.

Composição EBITDA - Consolidado (R$ Milhões)	2016	2015	%
Lucro (Prejuízo) exercício	**(315)**	**(1.161)**	**(72,9)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	(322)	(774)	(58,4)
Resultado Financeiro Líquido	622	299	108,0
Depreciação e Amortização	454	471	(3,6)
EBITDA	**439**	**(1.165)**	**(138)**
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes	542	412	31,6
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema isolado de energia	413	2.630	(84,3)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa – sistema interligado de energia	(2)	233	(100,9)
Anistias Fiscais	6	122	(95,1)
Encargos tributários sobre receitas financeiras	84	45	86,7
Perdas e Provisões com Processos Judiciais	1.079	785	37,5
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV)	434	92	371,7
Impairment	-	298	(100,0)
EBITDA Ajustado	**2.995**	**3.452**	**(13,2)**

No que tange ao endividamento bruto, a empresa encerrou o exercício de 2016 com uma dívida bruta de R$ 12.940 milhões, sendo 6,7% deste montante de vencimento no curto prazo. Nossa dívida bruta encerrou 2016 em patamar similar ao do exercício anterior, cerca de 1% abaixo da posição final de 2015. Encerramos 2016 com uma dívida líquida de R$ 9.509 milhões, montante 0,4% acima da dívida líquida do exercício anterior. Para o cálculo da dívida líquida, foi considerado o saldo da aplicação no FIDC de R$ 2.776 milhões

Destaca-se, de forma positiva, o fluxo de caixa operacional da companhia. A Petrobras Distribuidora apresentou em 2016 uma geração de caixa por meio de suas atividades operacionais de R$ 2.632 milhões (fluxo de caixa pelo método indireto), desempenho 446,1% superior ao observado no exercício anterior.

Relatório da Administração

O resultado positivo no fluxo de caixa operacional demonstra uma melhor performance financeira, sendo um contraponto ao prejuízo contábil do exercício.

Cabe destacar que a relação Dívida Líquida / EBITDA Ajustado encerrou 2016 na relação de 3,2 vezes.

No quadro-resumo abaixo, podem ser observadas as principais variações do desempenho da Petrobras Distribuidora em 2016 em relação ao exercício anterior.

	Consolidado		
Indicadores Financeiros (R$ milhões)	**2016**	**2015**	**%**
Receita Operacional Bruta	106.921	119.071	(10,2)
Receita Operacional Líquida	86.637	97.280	(10,9)
Lucro Bruto	6.465	7.313	(11,6)
Margem Bruta	7,5%	7,5%	0,0 p.p.
Lucro (Prejuízo) Operacional	(15)	(1.636)	(99,1)
Margem Operacional	0,0%	-1,7%	1,7 p.p.
EBITDA	439	(1.165)	(137,7)
EBITDA Ajustado	2.995	3.452	(13,2)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(315)	(1.161)	(72,9)
Volume de Vendas (mil m³)	45.794	53.596	(14,6)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2016

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "BR"), é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. Constituída em 12 de novembro de 1971, é subsidiária e controlada da Petróleo Brasileiro S.A. – "Petrobras" e tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro – RJ.

1.2 "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A "Operação Lava Jato" é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, que envolvia um grande número de participantes, incluindo ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Baseado nas informações disponíveis à Petrobras, o referido esquema envolvia um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com o Sistema Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras e da Companhia e outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. Este esquema foi tratado como esquema de pagamentos indevidos e as referidas empresas como "membros do cartel".

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram esses valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras e da Companhia. Essas empresas não são membros do cartel e atuavam de forma individualizada. Esses casos específicos foram chamados de pagamentos não relacionados ao cartel.

Determinados ex-executivos da Petrobras e da Companhia foram presos e/ou denunciados por crimes como lavagem de dinheiro e corrupção passiva. Outros ex-executivos do Sistema Petrobras e de empresas fornecedoras de bens e serviços para a Petrobras foram ou poderão ser denunciados como resultado da investigação.

Notas Explicativas

Os valores pagos pela Petrobras e pela Companhia no âmbito dos contratos junto aos fornecedores e empreiteiras envolvidos no esquema descrito anteriormente foram integralmente incluídos no custo histórico dos respectivos ativos imobilizados. No entanto, a Administração entendeu, de acordo com o IAS 16 (*Property, plant and Equipment*), que a parcela dos pagamentos que realizou a essas empresas e que foi por elas utilizada para realizar pagamentos indevidos, o que representa gastos adicionais incorridos em decorrência do esquema de pagamentos indevidos, não deveria ter sido capitalizada. Assim, no terceiro trimestre de 2014 a Companhia reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 de gastos capitalizados, referente a valores que a Companhia pagou adicionalmente na aquisição de ativos imobilizados em exercícios anteriores.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) prosseguirão acompanhando os resultados das investigações e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação que indique com suficiente precisão que as estimativas descritas acima deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará a eventual necessidade de algum reconhecimento contábil.

1.2.1 Resposta da Companhia às questões descobertas nas investigações em curso

A Companhia por intermédio de seu acionista controlador tem acompanhado as investigações e colaborando efetivamente com os trabalhos da Polícia Federal, Ministério Público Federal, Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União (TCU) e Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle para que todos os crimes e irregularidades sejam apurados, atendendo prontamente aos pedidos de documentos e informações feitos pelos investigadores.

Constantemente, renovamos o nosso compromisso de continuar cooperando para a elucidação dos fatos e comunicá-los regularmente ao público em geral.

A Companhia e seu acionista controlador não toleram qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissíveis práticas de atos ilegais envolvendo os nossos empregados. Deste modo tomamos diversas medidas para combater fraudes e corrupção conforme mencionado a seguir.

No processo de fortalecimento da estrutura de controles internos, a Companhia continua a implementar medidas para aprimorar sua governança corporativa e os sistemas de conformidade (*compliance)*.

Entre outras medidas, em 2016 integramos a Companhia ao canal de denúncias independente da Petrobras; realizamos treinamentos para nossos empregados e administradores sobre ética, segurança da informação, *compliance* concorrencial e prevenção à corrupção; implementamos a iniciativa "Agentes de *Compliance*"; implementamos processos de *Due Diligence* de Integridade e de avaliação de aplicação de sanções a nossos fornecedores; realizamos o processo de *Background Check* de integridade antes da tomada de decisão para a designação de pessoas para posições-chave na Companhia.

Notas Explicativas

Para averiguar indícios ou ocorrências que possam ser caracterizados como transgressões a normas, procedimentos ou regulamentos corporativos, constituímos Comissões Internas de Apuração (CIA), cujos resultados apresentamos às autoridades brasileiras competentes.

Além disso, temos tomado as medidas necessárias para recuperar danos sofridos em função do esquema de pagamentos indevidos, inclusive os relacionados à nossa imagem corporativa.

A Companhia ainda não recuperou nenhum valor referente aos pagamentos indevidos que foram realizados. À medida que as investigações da "Operação Lava Jato" resultem em acordos de leniência ou acordos de colaboração com indivíduos que concordem em devolver recursos, a Companhia e seu acionista controlador podem ter direito a receber uma parte de tais recursos. Não obstante, a Companhia não pode estimar de forma confiável qualquer valor recuperável neste momento. Esses valores serão reconhecidos no resultado do exercício como receita quando forem recebidos ou quando sua realização se tornar praticamente certa.

1.2.2 Abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais

Não é possível identificar especificamente os valores de cada pagamento realizado no escopo dos contratos com as empreiteiras e fornecedores que possuem gastos adicionais ou os períodos em que tais pagamentos adicionais ocorreram. Como resultado, a Companhia desenvolveu uma metodologia para estimar o valor total de gastos adicionais incorridos em decorrência do referido esquema de pagamentos indevidos para determinar o valor das baixas realizadas, representando em quanto seus ativos foram superavaliados como resultado de gastos adicionais cobrados por fornecedores e empreiteiras e utilizados por eles para realizar pagamentos indevidos.

Devido à impraticabilidade de identificação dos períodos e montantes de gastos adicionais incorridos pela Companhia, a metodologia envolve os cinco passos descritos a seguir:

1) Identificação da contraparte do contrato: foram listadas todas as empresas citadas como membros do cartel e, com base nessa informação, foram levantadas as empresas envolvidas e as entidades a elas relacionadas.

2) Identificação do período: foi concluído, com base nos depoimentos, que o período de atuação do esquema de pagamentos indevidos foi de 2004 a abril de 2012.

3) Identificação dos contratos: foram identificados todos os contratos assinados com as contrapartes mencionadas no passo (1) durante o período do passo (2), incluindo também os aditivos aos contratos originalmente assinados entre 2004 e abril de 2012. Em seguida, foram identificados os ativos imobilizados aos quais estes contratos se relacionam.

4) Identificação dos pagamentos: foi calculado o valor total dos contratos referidos no passo (3).

5) Aplicação de um percentual fixo sobre o valor total de contratos definido no passo (4): o percentual de 3%, indicado nos depoimentos, foi utilizado para estimar os gastos adicionais impostos sobre o montante total dos contratos identificados.

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia também identificou montantes verificados em seus registros contábeis, referentes aos contratos e projetos específicos com empresas que não eram membros do cartel para contabilizar os gastos adicionais impostos por essas empresas para financiar pagamentos indevidos, realizados por elas, não relacionados ao esquema de pagamentos indevidos ou ao cartel.

No caso específico de valores cobrados adicionalmente por empresas fora do escopo do cartel, a Companhia considerou como parte da baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente o percentual sobre os contratos celebrados com empresas citadas nos depoimentos prestados em colaborações premiadas.

A nota explicativa 2.3 das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2014, apresenta na íntegra a abordagem adotada para ajuste de ativos afetados pelos gastos adicionais.

Na preparação das demonstrações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia considerou todas as informações disponíveis, não tendo identificado nenhuma informação adicional que impactasse a metodologia de cálculo adotada e consequentemente o registro contábil de baixas complementares.

A Companhia e seu acionista controlador (Petrobras) monitoraram as investigações da "Operação Lava Jato", efetuadas pelas autoridades brasileiras e a Petrobras conta com investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. Como resultado, não foram identificadas novas informações que alterassem a baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente que fora reconhecida no terceiro trimestre de 2014, ou impactasse de forma relevante a metodologia adotada pela Companhia. A Companhia continuará monitorando as investigações para obter informações adicionais e avaliar seu potencial impacto sobre os ajustes realizados.

2 Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações contábeis individuais foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a Lei das Sociedades por Ações, com as modificações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas práticas não divergem das normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)). As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Notas Explicativas

A demonstração do valor adicionado - DVA – individual e consolidada foi preparada de acordo com o Pronunciamento Técnico - CPC 09 – Demonstração do valor adicionado como informação suplementar.

2.1 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações financeiras foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

Estas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram inicialmente autorizadas e apresentadas, pela Companhia, em 20 de março de 2017. Considerando, porém, a perspectiva de abertura de seu capital, a Administração da Companhia decidiu reemitir, em 16 de outubro de 2017, as referidas demonstrações contábeis para (1) adequar suas divulgações aos requisitos contábeis aplicáveis a companhias abertas, especificamente em relação a divulgação das informações por segmento, conforme mencionado na nota 27; e (2) proceder a determinadas reclassificações entre rubricas no passivo circulante e em despesas operacionais, sem qualquer alteração nos respectivos grupos de contas entre o montante anteriormente apresentado e essas demonstrações contábeis, tampouco por valores considerados relevantes.

Adicionalmente, em decorrência do evento societário referente ao grupamento de ações, ocorrido em 14 de novembro de 2017, conforme apresentado na nota 22 – Patrimônio Líquido, o Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de novembro de 2017, autorizou a divulgação e consequente reemissão destas demonstrações contábeis. Portanto, essas demonstrações contábeis substituem as anteriormente aprovadas e emitidas em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas e também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.
As estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – nota 4.3.3
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 4.10
- *Impairment* de ativo imobilizado e intangível - nota 4.11
- Imposto de renda e contribuição social diferidos – nota 4.12
- Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego – nota 4.14
- Processos judiciais, administrativos e contingências – nota 4.15.

3.1 Baixa de gastos adicionais capitalizados indevidamente

Como descrito na nota explicativa 1.2, a Companhia realizou baixas contábeis de R$ 23 no terceiro trimestre de 2014, referentes a custos capitalizados representando montantes pagos na aquisição de imobilizado em anos anteriores.

Para contabilizar esses ajustes, a Companhia desenvolveu uma metodologia descrita na nota explicativa 1.2. A Companhia admite o grau de incerteza envolvido na referida metodologia de estimativa e continuará acompanhando os resultados das investigações em andamento e a disponibilização de outras informações relativas ao esquema de pagamentos indevidos e, se porventura se tornar disponível informação confiável que indique com suficiente precisão que as estimativas que a Companhia utilizou deveriam ser ajustadas, a Companhia avaliará se o ajuste é material e, caso seja, o reconhecerá.

Entretanto, como já discutido, a Companhia acredita que utilizou a metodologia mais apropriada para determinar os valores dos pagamentos indevidos capitalizados e não há evidência que indique a possibilidade de uma mudança material nos montantes baixados.

4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

4.1 Moeda funcional

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas investidas, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

4.2 Base de consolidação e investimentos societários

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem as informações da Companhia, das controladas e de sua operação em conjunto, foram elaboradas utilizando práticas contábeis consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados às demonstrações dessas investidas para garantir a conformidade com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia, suas controladas e operação em conjunto são eliminados integralmente nas demonstrações consolidadas.

As participações societárias incluídas no processo de consolidação são:

	Participação no capital - Subscrito, integralizado e votante - %	
	2016	2015
Subsidiárias e controladas (nota 13)		
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,01	99,01
Stratura Asfaltos S.A.- Stratura	100,00	100,00
Operação em conjunto (nota 13)		
Brasil Carbonos S.A. (*)	49,00	49,00

(*) A Brasil Carbonos é consolidada no percentual de 49%.

Controladas

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Negócios em conjunto

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, já em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

A Companhia reconhece proporcionalmente nas demonstrações consolidadas a sua participação nas receitas, despesas, ativos e passivos detidos na operação em conjunto, constituída por meio de entidade veículo com personalidade jurídica própria. Nas demonstrações contábeis individuais, a operação em conjunto é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Notas Explicativas

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Coligada

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

O investimento em coligada é reconhecido pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.3 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro, em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia estão classificados em ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

4.3.1 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração são reconhecidos no resultado.

4.3.2 Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

4.3.3 Empréstimos e recebíveis

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis mantidos pela Companhia estão representados por caixa e equivalentes, contas a receber e depósitos judiciais.

4.3.3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

4.3.3.2 Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente, principalmente, para as vendas com prazo de recebimento de 180 e 360 dias, sendo os juros embutidos nos preços aos clientes deduzidos da receita (nota 23).

Quando a Companhia é arrendadora em um contrato de arrendamento mercantil financeiro, um contas a receber de clientes é constituído por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil. A receita financeira é apropriada durante o prazo do contrato, refletindo a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido no arrendamento.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – *Impairment* de ativo financeiro

A Companhia reconhece as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. Evidências de perdas incluem: casos de dificuldades financeiras significativas e probabilidade significativa do cliente entrar com pedido de falência ou recuperação judicial. As perdas são reconhecidas no resultado como despesa de vendas.

Quando um evento indicar uma redução da perda de valor, esta redução na perda é revertida no resultado do período no qual o evento ocorrer. A reversão é registrada em despesa de vendas.

A Companhia possui expectativa de recebimento dos créditos vencidos sem constituição de perda, em função de ações da política de cobrança que são desenvolvidas e também pelas garantias apresentadas pelos clientes.

Perdas estimadas em créditos do Setor Elétrico

São provisionados todos os valores referentes a fornecimentos de produtos e contratos de confissão de dívidas sem garantias reais (notas 7.2 e 7.3).

4.3.3.3 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados e atualizados de acordo com a natureza das correspondentes causas. Os depósitos referentes a tributos federais são atualizados de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Os depósitos trabalhistas recursais são atualizados pela Taxa Referencial (TR) mais juros de 3% ao ano. Os demais depósitos trabalhistas e de outras naturezas são atualizados pela TR mais juros de 6% ao ano.

4.4 Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e são baixados somente quando as obrigações são extintas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado.

4.4.1 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios.

São contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva.

4.4.2 Financiamentos

Estão reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

4.4.3 Arrendamentos mercantis financeiros

As obrigações de contratos de arrendamentos com transferência substancial de benefícios, riscos e controle dos bens são reconhecidas no passivo como arrendamentos mercantis financeiros. O passivo é inicialmente reconhecido pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. A taxa de desconto utilizada é a taxa de juros implícita nos contratos. Os encargos financeiros são apropriados durante o prazo do arrendamento mercantil, produzindo uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.

Os principais contratos de arrendamento financeiro da Companhia referem-se à locação de bases de distribuição de combustíveis celebrados com a controlada Fundo de Investimento Imobiliário-FCM.

4.5 Instrumentos financeiros derivativos e operações de *hedge*

A Companhia mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteção patrimonial, com o objetivo de reduzir o risco de ocorrência de variações desfavoráveis decorrentes de oscilações na cotação de moedas estrangeiras. Esses instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Não foram identificados contratos com características que indiquem a existência de derivativos embutidos.

4.6 Estoques

Estão demonstrados da seguinte forma:

- os derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido;

- os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

Os biocombustíveis compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

4.7 Despesas antecipadas

As despesas antecipadas correspondem aos gastos com seguros, aluguéis e às bonificações concedidas aos clientes através de bonificações antecipadas. Esses valores são apropriados ao resultado do exercício de forma linear de acordo com o prazo do contrato.

4.8 Imobilizado

Está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mesurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.
Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens, informadas na nota 4.10. Os terrenos não são depreciados.

Os ativos arrendados são mensurados inicialmente por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos são depreciados em função da vida útil, considerando a razoável certeza de obtenção da propriedade desses bens ao final do arrendamento.

4.9 Intangível

É representado pelos gastos com direitos e concessões, *goodwill* e *softwares*.

O *goodwill,* resultante da aquisição de controladas da área de distribuição de combustíveis, é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Notas Explicativas

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado, pelo método linear, em função da vida útil estimada dos bens. A vida útil de um ativo intangível de concessão de serviço é o período a partir do qual a Companhia tem a capacidade de cobrar o público pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão.
A amortização do ativo intangível representado pela concessão de Gás Natural do Estado do Espírito Santo ocorre pelo prazo do contrato, com vencimento em 2043 (nota 15.2).

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos *softwares* são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

4.10 Revisão das vidas úteis dos ativos

A Companhia reconhece a depreciação e a amortização de seus ativos com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os métodos de depreciação e amortização são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Em 2016, a Companhia revisou a vida útil econômica dos ativos imobilizados e dos ativos intangíveis, tendo como base laudos de avaliadores externos, identificando somente alteração na vida útil de equipamentos de 4-25 anos para 4-24 anos.

A alteração das estimativas da vida útil desses ativos reduziu as despesas anuais de depreciação de 2016 em R$ 0,2.
As vidas úteis econômicas estimadas são demonstradas a seguir:

		Em anos
Imobilizado	Edificações e Benfeitorias	25 a 60
	Equipamentos e outros bens	4 a 24
	Distribuição - bombas	15
	Distribuição - tanques	20
Intangível	*Softwares*	4

Notas Explicativas

4.11 Redução ao valor recuperável de ativos - "*Impairment*"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis. Em 2016, com base no julgamento da Administração, não foram identificados indicativos de perda de valor para esses ativos.

O *goodwill* tem a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor. Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico da Companhia, projetados para os anos de 2017 a 2030, sendo este último perpetuado, considerando uma taxa de desconto real de 7,2% (6,4% em 2015).

As principais premissas são:

- Preço: curva de preço derivada do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras, considerando transações entre partes independentes;
- Volume: curvas de demanda de derivados do Plano de Negócios e Gestão da Petrobras; e
- Custos operacionais, que podem ser determinados por taxas históricas apresentadas ou custos projetados no orçamento da Companhia.

Os fluxos de caixa foram ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto. Esta taxa deriva da taxa pós-imposto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

No teste do *goodwill*, não foram identificados ajustes para redução ao valor recuperável.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações

e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido (resultado abrangente). Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido (resultado abrangente).

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

4.13 Adiantamentos de clientes

Correspondem às obrigações contratuais decorrentes de antecipações recebidas dos clientes para futura entrega de produtos e para constituição do fundo de *marketing*.

Os adiantamentos de clientes são reconhecidos como receita quando da efetiva entrega dos produtos.

O fundo de *marketing* consiste na constituição de um fundo formado pela contribuição dos postos revendedores, onde cada revendedor se beneficia de todas as ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

Os valores do fundo são realizados por meio dos pagamentos das ações de *marketing*, não sendo registrados em resultado.

4.13.1 Programa Petrobras Premmia

Notas Explicativas

O Petrobras Premmia – Programa de fidelidade da Companhia, é um dos principais programas que são custeados pelos recursos disponíveis no fundo de *marketing*.

Esses recursos são utilizados para comprar lotes promocionais de diversas naturezas (milhas aéreas, eventos, produtos, entre outros) que são disponibilizados aos participantes do plano, sempre limitado a quantidade ofertada.

A Companhia por conta do programa, poderá também celebrar parcerias com outras empresas, em virtude das quais os participantes poderão obter descontos na aquisição de bens e/ou serviços oferecidos por estas.

Em nenhum caso, a Companhia responderá perante os participantes pelo cumprimento das obrigações assumidas por tais empresas nas parcerias mencionadas no item anterior.

As parcerias do Programa Petrobras Premmia, poderão ser extintas ou suspensas pela Companhia, a seu exclusivo critério, independentemente de prévio aviso aos participantes.

Os parceiros do programa são responsáveis pelos produtos e/ou serviços que por eles sejam disponibilizados para resgate.

4.14 Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários. Dentre as principais utilizadas estão:

- taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e

- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (*per capta*) da Companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido, reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, menos a receita de juros auferida por esses ativos.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

4.15 Provisões e passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

As provisões são reconhecidas quando:
(i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos seja possível.

4.16 Capital social e remuneração ao acionista

O capital social está representado por ações ordinárias.

Quando proposta pela Companhia, a remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no Estatuto Social da Companhia e nas leis vigentes.
Os juros sobre capital próprio são reconhecidos no passivo e tem o mesmo tratamento dos dividendos.

Notas Explicativas

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

4.17 Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios da propriedade do bem permanece com o arrendador são classificados como operacionais e os pagamentos são reconhecidos como despesa no resultado pelo método linear pelo prazo do contrato. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Nos casos em que a Companhia é arrendadora, a receita de aluguel é reconhecida no resultado, em outras receitas operacionais, pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

4.18 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável; os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador; e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

A receita de vendas é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. É apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e bonificações por desempenho.

A Companhia comercializa combustíveis como gasolina, diesel, querosene de aviação, etanol, gás natural e óleo combustível, lubrificantes, dentre outros. Esses produtos são adquiridos, substancialmente, da sociedade controladora Petrobras e são revendidos a postos de serviços, indústrias, empresas aéreas, governos, empresas de transporte, termoelétricas, transportadores revendedores retalhistas, entre outros consumidores.

4.19 Receitas e despesas financeiras, monetárias e cambiais

São reconhecidas pelo regime de competência e estão representadas por juros de financiamentos a clientes, aplicações financeiras, atualizações monetárias sobre empréstimos, atualização monetária em operações com a Petrobras, variações cambiais e outras operações financeiras. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

4.20 Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

As informações contábeis por segmento operacional (área de negócio) da Companhia são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.
Na apuração dos resultados segmentados são consideradas as transações realizadas com terceiros.

Não há transferências entre as áreas de negócio.
As informações por área de negócio na Companhia estão segmentadas nas seguintes áreas:

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

Grandes Consumidores

Comercializa combustíveis, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia.

Produtos de aviação

Comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

No grupo de órgãos corporativos são alocados os itens que não podem ser atribuídos às demais áreas, notadamente aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

5 Novas normas e interpretações

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"

Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Notas Explicativas

A Companhia está avaliando o pronunciamento, principalmente em relação às perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, passando a utilizar uma matriz de provisionamento baseada em dados históricos a ser considerada na visão prospectiva. As análises estão sendo elaboradas e serão mensuradas nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"

Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Data de vigência 1º de janeiro de 2018.

Até o momento, com base nos estudos efetuados, a Companhia não espera impactos relevantes, entretanto, a conclusão final depende dos avanços nas análises.

IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil"

Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 "Arrendamentos Mercantis", que vigorará para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituirá o IAS 17 "Arrendamentos Mercantis", bem como interpretações correlatas.

O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.

Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.

A Companhia tem um número elevado de contratos de arrendamento como arrendatária de vários ativos, tais como equipamentos, imóveis e terrenos (onde, principalmente estão localizados os postos de serviços).

A Companhia está atualmente no processo de estimar o impacto desta nova norma em tais contratos. Nesta análise a estimativa do prazo do arrendamento é incluída, considerando o período não cancelável e os períodos adicionais cobertos, caso seja exercida a opção de estender o arrendamento para aqueles casos em que haja certeza razoável da opção da extensão do prazo, o que dependerá, em grande parte, da utilização esperada dos ativos da Companhia instalados junto aos bens arrendados.

Notas Explicativas

Além do prazo do arrendamento, serão utilizadas premissas para calcular a taxa de desconto, que dependerá principalmente da taxa de financiamento incremental para os prazos estimados.

Devido à complexidade das estimativas e o elevado número de contratos, a Companhia ainda não concluiu o processo de implementação, de modo que, na data do encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não é possível estimar de forma razoável o impacto da aplicação desta norma. No entanto, considerando o volume de contratos existentes, a Companhia estima que os impactos da implementação do IFRS 16 serão significativos sobre as suas demonstrações financeiras, incluindo o reconhecimento do direito de uso e as correspondentes obrigações em relação aos contratos que, de acordo com a norma atual são classificados como arrendamentos operacionais. Além disso, as amortizações do direito de uso dos ativos e reconhecimento de juros sobre a obrigação de arrendamento substituirão uma parte significativa do valor reconhecido como despesas na demonstração do resultado do arrendamento operacional.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	63	609	61	607
Aplicações financeiras	592	201	381	-
Total	**655**	**810**	**442**	**607**

As aplicações financeiras correspondentes a fundos de investimentos no país têm seus recursos aplicados em títulos públicos federais brasileiros e possuem liquidez imediata. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio da tabela regressiva.

7 Contas a receber, líquido

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Partes relacionadas (nota 30)				
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC - NP (nota 31.2)	2.776	2.766	2.770	2.711
Setor elétrico - Sistema isolado (nota 7.2)	9.165	8.528	9.165	8.528
Clientes governo federal	77	124	77	124
Empresas do Sistema Petrobras, exceto do setor elétrico - sistema isolado	294	306	426	391
Total partes relacionadas (notas 31.1.1 e 31.2)	**12.312**	**11.724**	**12.438**	**11.754**
Terceiros				
Clientes e outras contas a receber (a) (b)	6.481	6.699	6.391	6.604
Setor elétrico - Sistema isolado - terceiros (nota 7.2)	1.131	1.216	1.131	1.216
Total terceiros	**7.612**	**7.915**	**7.522**	**7.820**
Total das contas a receber (nota 7.1)	**19.924**	**19.639**	**19.960**	**19.574**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa				
Terceiros	(2.947)	(2.664)	(2.907)	(2.659)
Partes relacionadas	(3.048)	(2.655)	(3.048)	(2.655)
Total das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Contas a receber - líquidas	**13.929**	**14.320**	**14.005**	**14.260**
Contas a receber (circulante), líquidas	7.679	8.114	7.761	8.098
Contas a receber (não circulante), líquidas	6.250	6.206	6.244	6.162

	Consolidado		Controladora	
Mutação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	**(5.319)**	**(2.400)**	**(5.314)**	**(2.393)**
Adições	(1.018)	(3.211)	(983)	(3.210)
Baixas	-	7	-	7
Reversões	342	285	342	282
Saldo final	**(5.995)**	**(5.319)**	**(5.955)**	**(5.314)**
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (circulante)	(1.916)	(2.303)	(1.909)	(2.298)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (não circulante)	(4.079)	(3.016)	(4.046)	(3.016)

(a) Inclui saldo de precatórios com o Governo do Estado do Rio de Janeiro e de São Paulo (R$ 24 em 2016 e R$ 29 em 2015) – nota 30.
(b) Inclui saldo de financiamentos a receber (R$ 842 em 2016 e R$ 881 em 2015) – nota 7.4.

As perdas líquidas estimadas em créditos de liquidação duvidosa do exercício, no montante de R$ 676 (R$ 2.919 em 2015), sendo R$ 641 na Controladora (R$ 2.921 em 2015), foram reconhecidas nas despesas de vendas (nota 25).

A Companhia apresenta R$ 4.391 de contas a receber em cobrança judicial (R$ 1.412 em 2015), sendo R$ 1.732 no circulante e R$ 2.659 no não circulante.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.1 Composição dos saldos de contas a receber – vencidos e a vencer

Em 31 de dezembro de 2016, as contas a receber vencidas de clientes totalizam R$ 6.557 (R$ 6.498 na Controlad
Controladora) encontram-se reduzidas ao valor recuperável. Do saldo de contas a receber a vencer, R$ 281 (R$ 281 na
recuperável.

	Consolidado			
	2016			
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto
Vencidos				
Até 3 meses	293	80	213	888
De 3 a 6 meses	103	8	95	357
De 6 a 12 meses	1.416	1.260	156	2.248
Acima de 12 meses	4.745	4.366	379	2.023
Total	**6.557**	**5.714**	**843**	**5.516**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	10.591	281	10.310	11.357
FIDC	2.776	-	2.776	2.766
Total	**19.924**	**5.995**	**13.929**	**19.639**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	2016			
	Contas a receber bruto	PECLD	Contas a receber, líquidas da PECLD	Contas a receber bruto
Vencidos				
Até 3 meses	285	79	206	882
De 3 a 6 meses	99	8	91	351
De 6 a 12 meses	1.412	1.260	152	2.244
Acima de 12 meses	4.702	4.327	375	1.987
Total	**6.498**	**5.674**	**824**	**5.464**
A vencer (excluindo operação de FIDC)	10.692	281	10.411	11.399
FIDC	2.770	-	2.770	2.711
Total	**19.960**	**5.955**	**14.005**	**19.574**

7.2 Composição – Setor elétrico (Sistema isolado)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado					
	2016			2015		
	A vencer	Vencido	Total	A vencer	Vencido	Total
Contas a receber						
Sistema Eletrobras	6.230	2.860	9.090	5.943	2.500	8.443
Sistema Petrobras	-	75	75	-	85	85
Terceiros	62	1.069	1.131	801	415	1.216
	6.292	4.004	10.296	6.744	3.000	9.744
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa						
Setor elétrico - empresas do Sistema Eletrobras	(166)	(2.860)	(3.026)	(351)	(2.285)	(2.636)
Setor elétrico - terceiros	(48)	(1.069)	(1.117)	(780)	(314)	(1.094)
	(214)	(3.929)	(4.143)	(1.131)	(2.599)	(3.730)
Total	**6.078**	**75**	**6.153**	**5.613**	**401**	**6.014**
Partes relacionadas	6.064	75	6.139	5.592	300	5.892
Terceiros	14	-	14	21	101	122

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

7.3 Movimentação das contas a receber de clientes – Setor elétrico (Sistema isolado)

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Faturamento	Recebimentos	PECLD		Atualização Monetária	Saldo em 31 de dezembro de 2016
				Constituição	Reversão		
Partes relacionadas (Sistema Eletrobras)							
Amazonas Distribuidora de Energia	4.499	1.577	(1.655)	(388)	23	596	4.652
Centrais Elétricas de Rondônia - CERON	1.047	175	(233)	(6)	6	152	1.141
Centrais Elétricas do Norte - ELETRONORTE	4	4	(8)	-	-	-	-
Cia de Electricidade do Acre - ELETROACRE	125	175	(193)	(49)	41	37	136
Eletrobras Roraima (Boa Vista Energia S.A.)	132	133	(134)	(39)	22	21	135
Contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**5.807**	**2.064**	**(2.223)**	**(482)**	**92**	**806**	**6.064**
Partes relacionadas (Sistema Petrobras)							
Breitener Jaraqui	49	3	(2)	-	-	-	50
Breitener Tambaqui	23	4	(4)	-	-	-	23
Manauara	13	25	(36)	-	-	-	2
Contas a Receber líquido do Sistema Petrobras	**85**	**32**	**(42)**	-	-	-	**75**
Terceiros							
Alcoa World Alumina Brasil LTDA	22	113	(122)	-	-	-	13
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	97	380	(422)	(164)	109	-	-
Centrais Elétricas Matogrossenses - CEMAT	1	12	(12)	-	-	-	1
Cia de Electricidade do Amapá - CEA	-	3	(8)	(78)	73	10	-
Cia de Energia de Pernambuco - CELPE	-	13	(13)	-	-	-	-
Cia de Energia de Roraima - CER	-	20	(20)	-	-	-	-
Geradora de Energia do Amazonas - GERA	2	24	(35)	-	9	-	-
Rio Amazonas Energia - RAESA	-	27	(55)	-	28	-	-
Contas a Receber líquido Terceiros	**122**	**592**	**(687)**	**(242)**	**219**	**10**	**14**
Total do contas a receber líquido	**6.014**	**2.688**	**(2.952)**	**(724)**	**311**	**816**	**6.153**
Contas a Receber do Sistema Eletrobras	8.443	2.064	(2.223)	-	-	806	9.090
(-) PECLD	(2.636)	-	-	(482)	92	-	(3.026)
Total do contas a receber líquido do Sistema Eletrobras	**5.807**	**2.064**	**(2.223)**	**(482)**	**92**	**806**	**6.064**
Contas a Receber do Sistema Petrobras	85	32	(42)	-	-	-	75
(-) PECLD	-	-	-	-	-	-	-
Total do contas a receber líquido do Sistema Petrobras	**85**	**32**	**(42)**	-	-	-	**75**
Contas a Receber de terceiros	1.216	592	(687)	-	-	10	1.131
(-) PECLD	(1.094)	-	-	(242)	219	-	(1.117)
Total do contas a receber líquido de Terceiros	**122**	**592**	**(687)**	**(242)**	**219**	**10**	**14**
Total do contas a receber	9.744	2.688	(2.952)	-	-	816	10.296
(-) PECLD	(3.730)	-	-	(724)	311	-	(4.143)
Total do contas a receber líquido	**6.014**	**2.688**	**(2.952)**	**(724)**	**311**	**816**	**6.153**

Notas Explicativas

razões técnicas ou econômicas.

Uma parcela significativa dos recursos utilizados para a liquidação financeira dos referidos ativos é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), que tem como uma de suas finalidades principais o reembolso parcial dos custos de aquisição dos combustíveis utilizados para a geração de energia elétrica no sistema isolado de energia. Entretanto, diversas alterações ocorridas na legislação, no decorrer do tempo, com destaque para a MP 579/2012, que introduziu ajustes relevantes na origem dos recursos utilizados para subsidiar a geração de energia pelas usinas dos sistemas isolados, impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC às usinas termelétricas do sistema isolado, que por sua vez, passaram a efetuar pagamentos menores do que aqueles devidos à Companhia pelo fornecimento de combustíveis para geração de energia elétrica, aumentando a inadimplência das distribuidoras que operavam neste setor.

Diante do cenário, em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras celebraram contratos de confissão de dívida no montante de R$ 5.344 (R$ 5.194 refere-se à parcela da Companhia e R$ 150 refere-se à parcela da Petrobras), abrangendo débitos vencidos até 30 de novembro de 2014, atualizados pela taxa Selic, com pagamentos em 120 parcelas mensais e sucessivas a partir de fevereiro de 2015.

Parte da confissão de dívida foi garantida por penhor de créditos no montante de R$ 5.233 (R$ 126 referentes a títulos endossados pela Petrobras) oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, cuja finalidade é prover recursos para os dispêndios da CCC referentes à geração de energia no sistema isolado, entre outras.

Para mitigar os efeitos do agravamento da inadimplência das empresas do setor, foi publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a Resolução Normativa nº 679, de 1º de setembro de 2015, visando dar celeridade na liberação dos recursos para os supridores de combustível, devido à possibilidade de reembolso preliminar de até 75% do valor médio das faturas dos últimos três meses diretamente pela CCC aos agentes credores, o que efetivamente não ocorreu, agravando a inadimplência destes clientes perante a Companhia. Consequentemente, no exercício de 2015, a Companhia reconheceu perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) de R$ 2.456, dado insucesso em concluir as negociações para assinatura de novos contratos de confissão de dívida e de penhor em garantia de créditos oriundos da CDE.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu PECLD adicional, no montante de R$ 390, líquida de reversão, relativa principalmente a novos fornecimentos por ordem judicial (liminar).

Neste contexto, a Companhia adotou as seguintes medidas relativas a recebíveis vencidos pelo fornecimento de derivados do petróleo:

da CEA (Companhia de Eletricidade do Amapá), e

- inscrição das Empresas do Sistema Eletrobras (Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima) no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal).

A manutenção do saldo da dívida do setor elétrico em 2016 no mesmo patamar de 2015 decorre da forma de amortização da dívida em duas etapas estabelecidas nos contratos de confissão de dívida, sendo a primeira etapa com amortização de 15% do valor repactuado, nos primeiros 36 meses, e os 85% restantes em 84 parcelas que começam a vencer a partir de janeiro de 2018. Com isso, é esperado a partir de 2018 o aumento das prestações para amortização e redução progressiva do saldo da dívida com o setor elétrico, visto que as prestações serão superiores às receitas financeiras por atualização do contrato de confissão.

Conforme mencionado na nota 33 de eventos subsequentes às demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016, a Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de agosto de 2017, aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões. Apesar dessas medidas, as negociações com a Eletrobras estão mantidas, visando à obtenção de novas garantias reais que permitam avançar no equacionamento da dívida inadimplida com as empresas do Sistema Petrobras.

Na mencionada operação não foram compreendidos os recebíveis detidos pela Companhia decorrentes dos fornecimentos de produtos posteriores a novembro de 2014, cujos valores encontram-se 100% provisionados.

7.4 Financiamentos a receber

Os financiamentos a receber referem-se a financiamentos em espécie concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos. A Companhia apresenta R$ 842 de financiamentos a receber, exceto setor elétrico do sistema isolado (R$ 881 em 2015).

Os encargos financeiros dos financiamentos ressarcíveis correspondem, principalmente, à variação do IGP-M (Índice Geral de Preço Médio) ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês e os encargos médios dos parcelamentos de débitos correspondem a CDI + 1% ao mês. Os prazos de amortização são estabelecidos e pactuados em contratos.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	353	251	353	251
Óleo diesel	946	1.060	946	1.060
Óleo combustível	129	208	129	208
Outros	489	569	489	569
Biocombustíveis	566	512	566	512
	2.483	2.600	2.483	2.600
Outros produtos	195	243	185	234
Total	**2.678**	**2.843**	**2.668**	**2.834**

Nenhuma redução ao valor realizável líquido dos estoques foi reconhecida em 2016 e 2015.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

9 Impostos e contribuições a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Ativo circulante				
ICMS	335	285	324	279
Imposto de renda	161	76	160	75
Contribuição social	58	24	58	23
Outros impostos	37	39	19	28
Subtotal	**591**	**424**	**561**	**405**
Ativo não circulante				
ICMS	366	377	307	331
Subtotal	**366**	**377**	**307**	**331**
Total	**957**	**801**	**868**	**736**

Os créditos na Companhia estão representados, principalmente, por: (i) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro a recuperar apurado sobre o resultado do exercício de 2016 (R$ 218); (ii) ICMS Substituição Tributária a ser ressarcido pelos Estados nas operações interestaduais de derivados de petróleo em que o imposto tenha sido retido no Estado de origem e repassado ao Estado de destino por um valor menor, sendo os principais Estados a Bahia (R$ 88), Maranhão (R$ 79), Amazonas (R$ 44), Rio de Janeiro (R$ 22), Pernambuco (R$ 22) e Pará (R$ 14); (iii) ICMS a ser restituído pelo Estado do Espírito Santo referente à compra de gás natural com Substituição Tributária na origem (R$ 94); (iv) créditos a serem restituídos pelo Estado de Mato Grosso, através de processo administrativo, por antecipações recolhidas a maior (R$ 78); e (v) termos de acordo diversos com Secretarias Estaduais de Fazenda, envolvendo o ressarcimento de ICMS à Companhia (R$ 84).

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

(a) Fundamentos para realização

Natureza	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015	Fundamento
Contas a receber, despesas antecipadas e financiamentos					
Absorção de financiamentos condicionais	521	381	521	381	Término dos contratos de financiamento
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	1.430	1.362	1.419	1.362	Recebimento ou efetivação da perda
Provisão para processos judiciais					
Provisão para processos judiciais	711	376	711	375	Julgamento das causas cuja expectativa de perda d
Benefícios pós-emprego					
Obrigação PETROS - Futuros inativos	226	176	225	175	Conforme percentual baseado no laudo atuarial, qu
Perdas Atuariais - CPC 33	417	179	417	179	Anualmente, quando da realização de novos cálculo
Imobilizado					
Provisão perda desvalorização de ativo	99	101	99	101	A realização é pela venda ou baixa definitiva do est
Depreciação - revisão vidas úteis	(59)	(30)	(58)	(28)	Pela depreciação dos imobilizados (ajustes da depr
Arrendamentos mercantis financeiros					
Arrendamentos mercantis financeiros	199	208	199	208	Pagamento dos compromissos contratuais
Direitos de uso - arrendamentos mercantis financeiros	(242)	(222)	(242)	(222)	Realização por depreciação, alienação ou incorporaç
Receita de alienação de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)	6	7	6	7	Pela realização da receita
Deságio de precatórios	13	15	13	15	Pela liquidação dos títulos
Programa de incentivo ao desligamento voluntário - PIDV	151	33	151	33	Através dos pagamentos indenizatórios no momen
Atualização de depósitos judiciais	(96)	(84)	(96)	(84)	Por ocasião do ganho da ação judicial
Outros	49	56	49	55	
	3.425	**2.558**	**3.414**	**2.557**	
Imposto de renda diferido	2.518	1.880	2.510	1.880	
Contribuição social diferida	907	678	904	677	

(b) Movimentação

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Origem do registro do imposto de renda e contribuição social diferidos	Imobilizado	Contas a receber, despesas antecipadas e financiamentos	Arrendamentos mercantis financeiros	Provisão para processos judiciais	Benefícios pós-emprego	O
Em 1º de janeiro de 2015	**(97)**	**682**	**2**	**122**	**326**	
Reconhecido no resultado do exercício	168	1.061	(9)	254	44	
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	(15)	
Em 31 de dezembro de 2015	**71**	**1.743**	**(7)**	**376**	**355**	
Reconhecido no resultado do exercício	(31)	208	(30)	335	50	
Reconhecido no patrimônio líquido	-	-	-	-	238	
Em 31 de dezembro de 2016	**40**	**1.951**	**(37)**	**711**	**643**	

2018	350	349
2019	321	317
2020	852	849
2021	289	286
2022	174	174
2023	174	174
2024 em diante	290	290
31 de dezembro de 2016	**3.425**	**3.414**
31 de dezembro de 2015	**2.558**	**2.557**

(d) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2016 e de 2015 estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Prejuízo antes dos impostos	(637)	(1.935)	(629)	(1.939)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	217	658	214	659
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
· Juros sobre o capital próprio	254	246	254	246
· Assistência Médica Suplctiva - A M S	(67)	(52)	(67)	(52)
. Baixa de créditos tributários (não recuperabilidade)	(27)	(6)	(27)	(6)
· Resultado de equivalência patrimonial	(1)	-	(4)	(2)
· Incentivos fiscais	12	22	12	22
· Outras adições/exclusões permanentes, líquidas	(22)	(89)	(22)	(89)
· Outros itens	(44)	(5)	(46)	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	**322**	**774**	**314**	**778**
IR e CSLL correntes	(307)	(815)	(305)	(811)
IR e CSLL diferidos	629	1.589	619	1.589
	322	**774**	**314**	**778**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	50,5%	40,0%	49,9%	40,1%

11 Despesas antecipadas

Total	2.189	2.371	2.189	2.371
Circulante	587	498	587	498
Não circulante	1.602	1.873	1.602	1.873

As bonificações antecipadas concedidas a clientes correspondem à parcela disponibilizada em espécie e em produtos realizada sob condições pré-estabelecidas com os clientes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis, proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado como redução da receita bruta, na Controladora e no Consolidado, o montante de R$ 542 (R$ 412 em 2015) (nota 23).

12 Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais	680	577	659	557
Trabalhistas	167	127	167	127
Cíveis	94	86	94	86
Ambientais	9	8	8	8
Total	**950**	**798**	**928**	**778**

A Companhia mantém R$ 192 (R$ 159 em 2015) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 28.1.1); R$ 366 (R$ 284 em 2015) associados a contingências possíveis; R$ 324 (R$ 280 em 2015) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia é autora, dentre outros.

13 Investimentos

13.1 Informações contábeis resumidas sobre as controladas, negócios em conjunto e coligada

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladas		Negócios em conjunto					
			Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto				Coligada
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM (a)	Stratura	Brasil Carbonos	CDGN (b)	Brasil Supply (b)	Energética Camaçari Muricy II	Pecém Energia	BRF Biorefinos (b)
Ativo								
Ativo circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	202	2	19	4	-	1	-	23
Outros ativos circulantes	123	98	6	9	65	-	-	-
Ativo realizável a longo prazo	537	98	11	10	6	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Imobilizado	355	16	102	48	658	-	-	21
Intangível	-	1	-	-	3	-	-	-
Total do Ativo	**1.217**	**215**	**138**	**71**	**732**	**1**	**-**	**44**
Passivo								
Passivo circulante								
Empréstimos e financiamentos	91	-	37	4	87	-	-	-
Outros passivos circulantes	154	108	5	6	73	1	1	-
Passivo não circulante								
Empréstimos e financiamentos	973	-	2	13	472	-	-	-
Outros passivos não circulantes	42	4	1	3	112	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores								
Capital Social	-	93	37	39	210	2	2	22
Outros	(43)	10	56	6	(222)	(2)	(3)	22
Total do Passivo	**1.217**	**215**	**138**	**71**	**732**	**1**	**-**	**44**
Resultados								
Receita operacional líquida	3	407	52	27	83	-	-	-
Lucro bruto	3	28	13	6	23	-	-	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(52)	(20)	12	(2)	(16)	-	(1)	1
Percentual de participação - %	99,01%	100,00%	49,00%	49,00%	0,38%	50,00%	45,00%	49,00%
Depreciação e amortização	-	(2)	(2)	(6)	(14)	-	-	-
Receita de juros	78	14	1	-	-	-	-	2
Despesa de juros	(6)	(5)	(2)	(2)	(32)	-	-	-
Despesa / Receita de IR e CS - corrente e diferido	-	10	(2)	-	(1)	-	-	-

(a) Cotas.
(b) Posição: 30.11.2016

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

13.2 Descrição das atividades das controladas

a) Fundo de Investimento Imobiliário – FII FCM

Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

Por determinação regulatória, o FII FCM não pode conceder empréstimos ou adiantamentos a seus quotistas.

Notas Explicativas

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

b) Stratura Asfaltos S.A.

Tem como atividades preponderantes a fabricação e comercialização de emulsões e produtos derivados de asfalto em geral, produtos químicos, óleos lubrificantes, graxas, além da prestação de serviços administrativos e técnicos, inclusive de pavimentação e outros correlacionados, com sede na cidade de São Paulo.

As matérias-primas utilizadas em seu processo produtivo são adquiridas, principalmente, da sociedade controladora Petrobras.

13.3 Descrição da operação em conjunto

Brasil Carbonos S.A.

Tem como atividade principal a construção e/ou operação de plantas de armazenagem e beneficiamento de coque verde de petróleo, podendo industrializar, misturar e beneficiar, de todas e quaisquer formas, produtos carbonosos e combustíveis sólidos, de origem nacional ou importada e está domiciliada na cidade de Cosmópolis, São Pulo.

A participação na Brasil Carbonos permite à Companhia desempenhar o papel de operador logístico de coque verde de petróleo para o Sistema Petrobras. O produto industrializado, beneficiado e armazenado pela Brasil Carbonos é distribuído às refinarias do Sistema Petrobras.

13.4 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

a) CDGN Logística S.A.

Tem como atividades principais a prestação de serviços de transporte, compressão e comercialização de gás natural e biogás, comprimido ou liquefeito e o transporte, carregamento e entrega de derivados de petróleo e gás natural em todo o território nacional, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Notas Explicativas

b) Brasil Supply S.A.

Tem por objetivo a prestação de serviços logísticos, de operações portuárias, armazenagem e movimentação de cargas, combustíveis, lubrificantes e produtos químicos, consultoria nas áreas comercial e de engenharia industrial, sanitária e ambiental, venda de produtos químicos, beneficiamento e rebeneficiamento, atividades de apoio portuário e cabotagem, serviços esses relacionados ao segmento de petróleo e está sediada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 02 de fevereiro de 2017 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Brasil Supply a abertura de processo de pedido de recuperação judicial. A participação acionária da Companhia na Brasil Supply é 0,38%.

c) Energética Camaçari Muricy II S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Muricy II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA, e com sede em Salvador - BA. A Energética Camaçari Muricy II S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

d) Pecém Energética S.A.

Tem por objetivo a construção, instalação, operação, exploração, manutenção e comercialização da energia elétrica gerada pela Usina Termelétrica Pecém II, cuja construção se dará na cidade de Dias D'Ávila - BA e com sede em Salvador - BA. A Pecém Energia S.A. encontra-se em fase pré-operacional.

13.5 Descrição das atividades da coligada

BRF Biorefino de Lubrificantes S.A.

Tem por objetivo a construção e operação de planta de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado (OLUC) no Estado do Rio de Janeiro, operação e comercialização de coleta de OLUC para suprimento da planta de rerrefino, aquisição de OLUC e demais insumos necessários à operação da planta de rerrefino e compra e venda de óleo básico rerrefinado (OBR). A BRF encontra-se em fase pré-operacional.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

13.6 Mutação dos investimentos em controladas, negócios em conjunto e coligada

	Controladas	Negócio em conjunto		Coligada	
		Operação em conjunto	Empreendimentos controlados em conjunto		
	Stratura	Brasil Carbonos (a)	CDGN	BRF Biorefinos	Outros investimentos
No início do exercício	124	64	24	21	1
Equivalência patrimonial	(21)	6	(2)	1	-
Dividendos	-	-	-	-	-
Amortização de mais valia de ativos	-	(1)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
No fim do exercício	**103**	**69**	**22**	**22**	**1**

(a) Na aquisição de participação na Brasil Carbonos S.A., em dezembro de 2010, foi apurada mais valia de ativos de R$ 28, que é amortizada em 2016, o saldo de R$ 23 está classificado no imobilizado no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, o saldo da participação societária na controlada FII FCM é zero devido a apresentação de passivo a descobe ao valor do investimento foram reconhecidos no passivo, na forma de provisão.

	2016	2015
Saldo provisão no início do exercício	47	31
Constituição/(reversão) (b)	(5)	16
Saldo provisão no fim do exercício	**42**	**47**

(b) Valores registrados no resultado em "Resultado de participação em investimentos ".

Notas E

	Terrenos, Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e Outros Bens	Ativos em Construção	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**2.718**	**1.920**	**1.462**	**6.100**
Adições	17	213	436	666
Baixas	(2)	(43)	-	(45)
Depreciações	(140)	(285)	-	(425)
Transferências (a)	471	281	(740)	12
Incorporação Direito de Uso - Basul	304		(304)	-
Perdas no valor de recuperação de ativos - *Impairment* (b)	(297)	-	(1)	(298)
Juros capitalizados	-	-	29	29
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Adições	2	97	252	351
Baixas	(3)	(3)	(11)	(17)
Depreciações	(122)	(273)	-	(395)
Transferências (a)	106	150	(259)	(3)
Juros capitalizados	-	-	11	11
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Custo	3.968	4.710	882	9.560
Depreciação	(897)	(2.624)	-	(3.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.071**	**2.086**	**882**	**6.039**
Custo	4.055	4.894	875	9.824
Depreciação	(1.001)	(2.837)	-	(3.838)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.054**	**2.057**	**875**	**5.986**
Tempo de vida útil estimado	4 a 60 anos (*)	4 a 30 anos		

(*) Exceto Terrenos

Baixas	(2)	(42)	-	(44)
Depreciações	(140)	(282)	-	(422)
Transferências (a)	472	280	(740)	12
Incorporação Direito de Uso - Basul	304	-	-	304
Perdas no valor de recuperação de ativos - *Impairment* (b)	(297)	-	(1)	(298)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Adições	2	97	244	343
Baixas	(2)	(3)	(12)	(17)
Depreciações	(121)	(269)	-	(390)
Transferências (a)	104	148	(256)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Custo	3.918	4.646	542	9.106
Depreciação	(893)	(2.603)	-	(3.496)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**3.025**	**2.043**	**542**	**5.610**
Custo	4.004	4.830	518	9.352
Depreciação	(996)	(2.814)	-	(3.810)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**3.008**	**2.016**	**518**	**5.542**
Tempo de vida útil estimado	25 a 60 anos (*)	4 a 24 anos		

(*) Exceto Terrenos

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do contas a receber decorrente de dação em pagamento, reclassificação do intangível e outras, de acordo com a natureza do investimento.

(b) *Impairment* da BASUL (Base de Cruzeiro do Sul - AC) devido à perda do principal cliente, a base passou a operar abaixo de sua capacidade, não havendo, portanto, expectativa de retorno do investimento. Em 2016 não houve reversão da perda reconhecida no exercício de 2015.

Os ativos em construção apresentados no Consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

O imobilizado do Consolidado e da Controladora inclui bens decorrentes de contratos de arrendamento mercantil financeiro, no montante de R$ 390 (R$ 454 em 2015).

15 Intangível

15.1 Por tipo de ativos

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado			
	Direitos e Concessões	*Softwares* (b)	*Goodwill* (c)	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**270**	**155**	**29**	**454**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(35)	-	(46)
Transferências (a)	-	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(12)	(47)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Custo	340	378	29	747
Amortização	(68)	(219)	-	(287)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**272**	**159**	**29**	**460**
Custo	360	418	29	807
Amortização	(81)	(265)	-	(346)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**279**	**153**	**29**	**461**
Tempo de vida útil estimado - anos	5 a 33 anos	4 a 8 anos	Indefinida	

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Controladora			
	Direitos e Concessões	*Softwares (b)*	*Goodwill (c)*	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	**268**	**155**	**29**	**452**
Adições	14	43	-	57
Baixas	(1)	-	-	(1)
Amortização	(11)	(33)	-	(44)
Transferências (a)	-	(5)	-	(5)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Adições	10	41	-	51
Amortização	(11)	(48)	-	(59)
Transferências (a)	9	-	-	9
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Custo	337	378	29	744
Depreciação	(67)	(218)	-	(285)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**270**	**160**	**29**	**459**
Custo	357	418	29	804
Depreciação	(79)	(265)	-	(344)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**278**	**153**	**29**	**460**
Tempo de vida útil estimado - anos	10 a 33 anos	4 anos	Indefinida	

(a) Referem-se, principalmente, a transferências entre outros grupos patrimoniais, como por exemplo, do imobilizado, de acordo com a natureza do investimento.

(b) A Companhia apresenta saldo de R$ 68 de *software* em desenvolvimento (R$ 70 em 2015).

(c) *Goodwill* de ativos de distribuição de combustíveis, originado quando da aquisição da Liquigás S.A., distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP). Essa investida foi transferida para a Petrobras, em 2012.

15.2 Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo desse Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

A concessão prevê a prestação dos serviços de distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração, matéria-prima e térmicas. O Governo do Estado do Espírito Santo monitora o cumprimento do contrato de concessão por meio do órgão regulador (Agência de Serviço Público de Energia do Estado do Espírito Santo – ASPE).

Finda a concessão, o contrato estabelece indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados com o objetivo de determinar o valor da referida indenização.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, as quais estão sujeitas aos reajustes e revisões especificados no contrato de concessão.

O valor dos ativos, líquidos de amortização, vinculados à concessão de gás e registrados como intangível em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 274 (R$ 270 em 2015).

A Companhia não apura margem sobre as construções, tendo reconhecido receita e custo de construção de R$ 9 no exercício de 2016 (R$ 12 em 2015).

Em 02 de fevereiro de 2016 foi publicada, no Diário Oficial do Espírito Santo, a Lei 10.493/2016 que reconhece a extinção/nulidade do contrato de concessão do serviço de distribuição de gás canalizado, por aplicação do disposto no art. 43 da Lei Federal 8987, de 13 de fevereiro de 1995.

Em 12 de agosto de 2016, a Companhia assinou Memorando de Entendimentos com o Governo do Estado do Espírito Santo visando avaliar a criação de empresa estatal estadual para prestação de serviço público de distribuição de gás natural canalizado.
A Companhia não efetuou nenhuma provisão para perda, pois o valor contábil existente em 31 de dezembro de 2016 está garantido pela indenização prevista na referida Lei.

16 Fornecedores

	Consolidado			Controladora
	Empresas do Sistema Petrobras (Nota 30.1)	Terceiros	Total	Total
A Vencer	1.690	947	2.637	2.609
Vencidos	11	2	13	13
Em 31 de dezembro de 2016	**1.701**	**949**	**2.650**	**2.622**
Em 31 de dezembro de 2015	**2.056**	**991**	**3.047**	**3.023**

O saldo de Fornecedores - Empresas do Sistema Petrobras está composto, principalmente, de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e contratação de serviços (inclusive fretes).

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17 Financiamentos

17.1 Por Instituição Financeira

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Banco Bradesco	3.266	3.258	3.266	3.252
Banco da Amazônia	247	215	247	215
Banco do Brasil	4.542	4.551	4.524	4.521
Banco IBM	77	91	77	90
Banco Itaú - Debêntures	3.619	3.704	3.619	3.704
	11.751	11.819	11.733	11.782
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.063	1.075	-	-
Total	**12.814**	**12.894**	**11.733**	**11.782**
Circulante	805	644	697	527
Não circulante	12.009	12.250	11.036	11.255

Banco do Brasil

Em 14 de abril de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Brasil, no valor de R$ 4.500, com vencimento final em março de 2021. Os juros do financiamento são amortizados trimestralmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de quatro parcelas semestrais, a partir de setembro de 2019.

Os encargos incidentes sobre o financiamento são de 114,25% do CDI. A captação tem como lastro Notas de Crédito à Exportação, com base no fluxo de exportação da Companhia, e o aval da Petrobras. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75.

Bradesco

Em 1º de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco Bradesco, na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 3.000 pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são pagos anualmente e a amortização do principal ocorrerá através do pagamento de três parcelas iguais, ao final do 36º, 48º e 60º mês do financiamento.

Os encargos sobre o financiamento são de 118% do CDI. O lastro da captação é a aquisição e venda de etanol, cujos recursos serão reaplicados na compra e exportação de combustíveis. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é a avalista da operação.

Notas Explicativas

Banco da Amazônia

Em 25 de junho de 2015, a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco da Amazônia S.A., na modalidade de Notas de Crédito à Exportação, no valor de R$ 200 com vencimento em 26 de junho de 2017, tendo como lastro as exportações de querosene de aviação da Companhia. Os encargos incidentes, de 106,6% da CDI-over serão amortizados, juntamente com o principal, no vencimento da operação (tipo *bullet*). Não foram concedidas garantias para essa captação.

Banco Itaú

Em 10 de agosto de 2015, a Companhia assinou contrato para emissão de debêntures, não conversíveis em ações, junto ao Banco Itaú BBA, no valor de R$ 3.500, pelo prazo de cinco anos.

Os juros do financiamento são amortizados semestralmente e a amortização do principal ocorrerá através de pagamento único, ao final do contrato, em 15 de abril de 2020.

Os encargos sobre a remuneração a ser paga pelas debêntures são de 111,57% do CDI.

O lastro da captação é a aquisição de etanol. Há isenção de IOF na operação, conforme previsto na Lei 6.313/75. A Petrobras é o garantidor da operação.

17.2 Obrigações contratuais (*covenants*)

A Companhia possui obrigações contratuais relacionadas aos contratos de financiamento, que foram plenamente atendidas em 2016, dentre elas a de apresentação das demonstrações contábeis em prazos acordados com as instituições; não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; e outras cláusulas.

17.3 Fluxo nominal de principal e juros dos financiamentos

	Consolidado		
Período	Principal	Juros	Total
2017	311	1.820	2.131
2018	1.113	1.733	2.846
2019	2.243	1.525	3.768
2020	6.896	815	7.711
2021	1.256	80	1.336
2022 em diante	745	156	901
Total	**12.564**	**6.129**	**18.693**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.4 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	**104**	**968**	**1.072**	**81**
Adição (entrada de novos empréstimos)	7.641	3.511	11.152	11.151
Provisionamento de juros	140	-	140	139
Transferência de longo prazo para curto prazo	(141)	(125)	(266)	(116)
Variações monetárias	-	152	152	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2015	**226**	**69**	**295**	**214**
Adição (entrada de novos empréstimos)	27	-	27	-
Provisionamento de juros	670	193	863	860
Amortização de principal	(230)	(69)	(299)	(202)
Amortização de juros	(464)	(57)	(521)	(462)
Transferência de longo prazo para curto prazo	141	125	266	116
Variações monetárias	1	12	13	1
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	**371**	**273**	**644**	**527**
Saldo total em 31 de dezembro de 2015	**8.115**	**4.779**	**12.894**	**11.782**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
Não circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**7.744**	**4.506**	**12.250**	**11.255**
Provisionamento de juros	24	-	24	24
Transferência de longo prazo para curto prazo	(246)	(138)	(384)	(243)
Variações monetárias	-	119	119	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**7.522**	**4.487**	**12.009**	**11.036**
Circulante				
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2016	**371**	**273**	**644**	**527**
Provisionamento de juros	1.220	538	1.758	1.757
Amortização de principal	(34)	(81)	(115)	(17)
Amortização de juros	(1.193)	(682)	(1.875)	(1.813)
Transferência de longo prazo para curto prazo	246	138	384	243
Variações monetárias	-	9	9	-
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	**610**	**195**	**805**	**697**
Saldo total em 31 de dezembro de 2016	**8.132**	**4.682**	**12.814**	**11.733**

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				
Endividamento de curto prazo	-	12	-	-
Parcela circulante do endividamento de longo prazo	315	108	217	17
Juros sobre financiamento	490	524	480	510
Total	**805**	**644**	**697**	**527**

Em 2016, foram amortizados juros dos financiamentos do Banco do Brasil (R$ 688), Itaú (R$ 623), Bradesco (R$ 495), CRIs (R$ 59), entre outros.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

17.5 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	4 a 5 anos	5 anos em diante (a)
Financiamentos em Reais (R$):						
Indexados a taxas flutuantes	805	1.106	2.229	6.884	1.239	551
Taxa média dos Financiamentos em Reais	14,00%	12,85%	12,14%	11,88%	11,87%	5,85%
Total em 31 de dezembro de 2016	**805**	**1.106**	**2.229**	**6.884**	**1.239**	**551**
Total em 31 de dezembro de 2015	**644**	**311**	**1.097**	**2.221**	**6.875**	**1.746**

(a) Apenas Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI

Os valores justos dos financiamentos são determinados, principalmente, por meio de derivados de preços observáveis de financiamentos em 31 de dezembro de 2016 é de R$ 11.203 (R$ 9.899 na Controladora).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 30.2.2.1.

Notas Explicativas

18 Arrendamentos mercantis

18.1 Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui compromissos financeiros com o FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda., em função de direitos decorrentes de operações com arrendamentos de imóveis e equipamentos, e construção de bases e terminais, atualizados pelo IPCA. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2016 totaliza R$ 685 (nota 18.1.1).

Os créditos imobiliários originados nos Instrumentos Particulares de Promessa de Compra e Venda serviram de lastro para a emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), pela RB Capital Securitizadora S.A.. Os CRIs são registrados para negociação no mercado secundário no BOVESPA FIX, administrado pela BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e na CETIP.

A Companhia é arrendatária de equipamentos da investida CDGN, e arrendadora desses equipamentos aos clientes Suzano Papel e Celulose S.A. e Fiat Automóveis Ltda. O saldo a receber gerado pelo arrendamento a esses clientes totaliza R$ 28 (nota 18.1.1).

Não existem pagamentos contingentes e nem valores residuais garantidos.

18.1.1 Fluxo dos pagamentos e recebimentos de arrendamentos mercantis financeiros

Recebimentos/ pagamentos futuros de compromissos estimados	**49**	**141**	**49**	**1.307**
Menos montante dos juros anuais	(21)	(46)	(21)	(622)
Valor presente dos recebimentos/ pagamentos mínimos	**28**	**95**	**28**	**685**
Circulante	4	28	4	124
Não circulante	24	67	24	561
Em 31 de dezembro de 2016	**28**	**95**	**28**	**685**
Circulante	3	48	3	87
Não circulante	25	81	25	624
Em 31 de dezembro de 2015	**28**	**129**	**28**	**711**

18.2 Arrendamentos mercantis operacionais

Em 2016, a Companhia pagou um montante de R$ 285 (R$ 305 em 2015) pelos compromissos contratuais de arrendamentos operacionais, sendo R$ 194 referente a parcelas fixas e R$ 91 referente a parcelas variáveis. Esses arrendamentos expiram em diversas datas até 2040.

Os arrendamentos mercantis operacionais incluem, principalmente, terrenos, unidades administrativas e edificações utilizados como postos de combustíveis e equipamentos de fornecimento de energia elétrica.

A estimativa de desembolsos para os próximos exercícios está assim apresentada:

	Consolidado	Controladora
2017	176	176
2018 - 2021	380	380
2022 em diante	302	302
Total	**858**	**858**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

19 Adiantamentos de clientes

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fundos de *marketing* (a)	184	132	184	132
Adiantamentos de clientes	159	276	127	222
Outros	11	16	11	15
Total	**354**	**424**	**322**	**369**

(a) Adiantamentos recebidos de clientes conveniados, tais como revendedores, franqueados e parceiros comerciais, para uso em ações de publicidade e promoção desenvolvidas pela Companhia.

20 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Passivo Circulante				
ICMS	143	173	143	172
PIS/COFINS	18	20	17	20
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	29	34	29	34
Outros	15	22	11	16
Total	**205**	**249**	**200**	**242**

Os débitos de ICMS estão representados, basicamente, por: ICMS Próprio e ICMS Substituição Tributária registrados nos Livros Fiscais a serem recolhidos, principalmente, para os Estados de São Paulo (R$ 45), Minas Gerais (R$ 14), Paraná (R$ 10), Rio de Janeiro (R$ 9), Goiás (R$ 9), Mato Grosso do Sul (R$ 8) e Pernambuco (R$ 7).

20.1 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2015 e 2016, a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistia.

Notas Explicativas

		Valores liquidados	
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**2016**	**2015**
SP	61.788/2016 e 61.625/15	5	-
AC	4.559/2016 e 4.971/2012	2	-
RO	3.835/16 e 3.934/16	2	-
RN	10.112/2016	1	-
MT (a)	10.433/2016	12	-
RJ	7.020/2015	-	99
ES	10.376/2015	-	46
DF	5.463/2016	-	11
Outros		-	21
Total		**22**	**177**

(a) A quitação foi integralmente realizada com recursos financeiros das usinas de álcool, fornecedores da BR e responsáveis pela infração à legislação que originou os débitos tributários incluídos no programa de anistia.

21 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2016	**2015**	**2016**	**2015**
Passivo				
Planos de pensão	1.919	1.095	1.916	1.092
Planos de saúde	2.392	1.280	2.392	1.280
Total	**4.311**	**2.375**	**4.308**	**2.372**
Circulante	139	113	139	112
Não circulante	4.172	2.262	4.169	2.260

21.1 Planos de pensão no país - Benefício definido e contribuição variável

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

(a) Plano Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros é um plano de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela

Notas Explicativas

Previdência Social, e é direcionado atualmente aos empregados da Petrobras e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

Em 31 de julho de 2016, foi apurado resultado deficitário de R$ 22,6 bilhões para o Plano Petros. De acordo com a Resolução n° 22/2015 do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) que regulamenta o tema de equacionamento de déficits, este valor superou o limite máximo, estipulado naquela mesma Resolução. No caso do Plano Petros, este limite foi avaliado em R$ 6,6 bilhões o que, consequentemente, geraria um valor mínimo a ser equacionado de R$ 16 bilhões, de forma paritária entre participantes e patrocinadores, em um prazo de 1,5 vez a duração do passivo do plano, estimado em 31/12/2015 em 18 (dezoito) anos, sob diretrizes de um Plano de Equacionamento.

Ainda, de acordo com o disposto na mencionada Resolução, a Fundação Petros deveria ter desenvolvido e aprovado tal Plano de Equacionamento, no âmbito do seu Conselho Deliberativo, após anuência das Patrocinadoras, até 31/12/2016 e deveria tê-lo implementado em até 60 (sessenta) dias de sua aprovação. Ocorreu, contudo, que aquela Fundação ingressou com um pedido de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), órgão regulador do setor de Previdência Complementar, solicitando permissão para postergar o prazo de implementação do referido Plano de Equacionamento do exercício de 2015 para 210 dias quando da aprovação do TAC, alegando motivos de ordem técnica e de gestão da fundação. Considerando tais fatos, estima-se que a Petrobras, como patrocinadora do plano, deverá iniciar o pagamento de contribuições extras ao Plano Petros em virtude deste equacionamento somente após o prazo estabelecido no TAC.

Em 26 de maio de 2017, o Conselho Deliberativo da Fundação Petros aprovou as demonstrações contábeis do exercício de 2016 com um déficit acumulado de R$ 26,7 bilhões (R$ 22,6 bilhões de déficit até o exercício de 2015) para o Plano Petros Sistema Petrobras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC.

Em 19 de junho de 2017, a PREVIC publicou o TAC da Fundação Petros estabelecendo prazos para a implementação do plano de equacionamento do déficit acumulado em 2015 no Plano petros do Sistema Petrobras. O valor a ser equacionado e as condições de pagamento serão objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Fundação e, em seguida, a Petrobras deverá submetê-lo à análise da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

A previsão da Fundação é que o início das contribuições extras por parte dos participantes e patrocinadoras do plano comece ainda em 2017, desde que cumpridas todas as etapas de aprovação.

Em 31 de dezembro 2016, os saldos dos Termos de Compromisso Financeiro - TCF, assinados em 2008 pela Companhia e a Petros, totalizavam R$ 396 (R$ 396 na Controladora). Os compromissos

dos TCF têm prazo de vencimento em 20 anos, com pagamento de juros semestrais de 6% a.a. sobre o saldo a pagar atualizado. Nesta mesma data, a Petrobras possuía estoque de petróleo e/ou derivados dado como garantia dos TCF no valor de R$ 6.449, os quais estão em fase de revisão.

Para o exercício de 2017, as contribuições esperadas para o plano somam R$ 36 (R$ 36 na Controladora) e o pagamento de juros sobre o TCF, R$ 24 (R$ 24 na Controladora).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 11,56 anos.

(b) Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

O Plano Petros 2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável, pela Petrobras e algumas controladas que assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até 29 de agosto de 2007. O plano está aberto para novas adesões, mas não haverá o pagamento de serviço passado.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2016, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R$ 44 (R$ 44 na Controladora).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2017, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Petros, que se baseou na recomendação da consultoria atuarial da Petros. Dessa forma, toda contribuição deste período está sendo destinada para conta individual do participante.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 40,23 anos.

21.2 Ativos dos planos de pensão

A estratégia de investimentos para ativos dos planos de benefícios é reflexo de uma visão de longo prazo, de uma avaliação dos riscos inerentes às diversas classes de ativos, bem como da utilização da diversificação como mecanismo de redução de risco da carteira. A carteira de ativos do plano deverá obedecer às normas definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

A Petros elabora Políticas de Investimentos que têm a função de nortear a gestão de investimento para períodos de cinco anos, que são revisadas anualmente. O modelo de ALM – *Asset and Liability Management* é utilizado para resolver descasamentos de fluxo de caixa líquido dos planos de benefícios por ela administrados, considerando parâmetros de liquidez e solvência, adotando-se nas simulações o horizonte de 30 anos.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Os limites de alocação dos ativos determinados na Política de Investimentos do Plano Petros Sistema Petrobras no período entre 2017 a 2021 são de: 40% a 75% em renda fixa, 10% a 35% em renda variável, 4% a 8% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 7% em investimentos estruturados. Enquanto os limites de alocação do Plano Petros 2 para o mesmo período são de: 60% a 100% em renda fixa, 0% a 20% em renda variável, 0% a 5% em imóveis, 2% a 8% em empréstimos a participantes, 0% a 4% em investimentos estruturados e de 0% a 2% em investimentos no exterior.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado					
	2016				2015	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	**1.179**	**208**	**1.387**	**50%**	**1.176**	**43%**
Títulos privados	-	12	12		34	
Títulos públicos	1.179	-	1.179		941	
Outros investimentos	-	196	196		201	
Renda variável	**883**	**20**	**903**	**32%**	**966**	**36%**
Ações à vista	883	-	883		930	
Outros investimentos	-	20	20		36	
Investimentos estruturados	**-**	**178**	**178**	**6%**	**211**	**8%**
Fundos de Private Equity	-	160	160		193	
Fundos de Venture Capital	-	3	3		2	
Fundos imobiliários	-	15	15		16	
Imóveis	**-**	**222**	**222**	**8%**	**232**	**9%**
	2.062	**628**	**2.690**	**96%**	**2.585**	**96%**
Empréstimos a participantes		124	124	4%	115	4%
			2.814	**100%**	**2.700**	**100%**

21.3 Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia, Petrobras, Petrobras Transporte S.A. – Transpetro, Petrobras Biocombustível S.A., Transportadora Brasileira Gasoduto Brasil-Bolívia S.A. – TBG e Termobahia S.A. mantêm um plano de assistência médica (AMS), que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. Sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, que decorre tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais e

Notas Explicativas

etários, além do benefício farmácia que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2016 é de 21,77 anos.

21.4 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

As informações de todos os planos de benefícios definidos foram agregadas, uma vez que contém premissas similares.

(a) Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.725	70	1.280	5.075	5.072
Custo dos juros	529	10	185	724	724
Custo do serviço corrente	26	3	14	43	43
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	(78)	(321)	(321)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(38)	5	82	49	51
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	569	47	917	1.533	1.532
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	10	2	(8)	4	3
Obrigação atuarial no fim do exercício	**4.599**	**134**	**2.392**	**7.125**	**7.122**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano					
Ativo do plano no início do exercício	2.646	54	-	2.700	2.700
Receitas de juros	377	8	-	385	385
Contribuições pagas pela empresa	59	-	-	59	59
Contribuições de participantes	18	-	-	18	18
Benefícios pagos	(240)	(3)	-	(243)	(243)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(110)	5	-	(105)	(105)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.750**	**64**	**-**	**2.814**	**2.814**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	4.599	134	2.392	7.125	7.122
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.750)	(64)	-	(2.814)	(2.814)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.079	16	1.280	2.375	2.372
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	651	49	991	1.691	1.691
(+) Custos incorridos no período	26	3	14	43	43
(-) Pagamento de contribuições	(59)	-	(78)	(137)	(137)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	152	2	185	339	339
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**1.849**	**70**	**2.392**	**4.311**	**4.308**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais					
Obrigação atuarial no início do exercício	3.919	79	1.054	5.052	5.049
Custo dos juros	499	8	135	642	642
Custo do serviço corrente	27	9	18	54	54
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	(60)	(238)	(238)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência demográfica	(163)	9	(98)	(252)	(252)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(412)	(26)	234	(204)	(204)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	12	(8)	(3)	1	1
Obrigação atuarial no fim do exercício	**3.725**	**70**	**1.280**	**5.075**	**5.072**
Ativo do plano no início do exercício	2.925	43	-	2.968	2.968
Receitas de juros	374	6	-	380	380
Contribuições pagas pela empresa	55	-	-	55	55
Contribuições de participantes	20	-	-	20	20
Benefícios pagos	(177)	(1)	-	(178)	(178)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(551)	6	-	(545)	(545)
Ativos do plano no fim do exercício	**2.646**	**54**	**-**	**2.700**	**2.700**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Valores reconhecidos no balanço patrimonial					
Valor presente das obrigações com fundo constituído	3.725	70	1.280	5.075	5.072
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.646)	(54)	-	(2.700)	(2.700)
Passivo atuarial líquido em 31 de dezembro de 2015	**1.079**	**16**	**1.280**	**2.375**	**2.372**
Movimentação do passivo atuarial líquido					
Saldo em 31 de dezembro de 2014	994	36	1.054	2.084	2.081
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA	(12)	(31)	133	90	90
(+) Custos incorridos no período	28	8	18	54	54
(-) Pagamento de contribuições	(56)	-	(60)	(116)	(116)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	125	3	135	263	263
Saldo em 31 de dezembro de 2015	**1.079**	**16**	**1.280**	**2.375**	**2.372**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(b) Componentes do benefício definido

	2016				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	3	14	43	43
Juros líquidos sobre o passivo líquido	153	2	184	339	339
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	-	2	7	7
Diretamente no resultado	77	5	67	149	149
Relativa aos inativos:	97	-	129	226	226
Custo líquido no exercício	**179**	**5**	**198**	**382**	**382**

	2015				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	Benefício Definido	Contribuição Variável	Plano de Saúde	Total	Total
Custo do serviço	26	9	18	53	53
Juros líquidos sobre o passivo líquido	125	4	135	264	264
Custo líquido no exercício	**151**	**13**	**153**	**317**	**317**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	5	1	2	8	8
Diretamente no resultado	76	12	58	146	146
Relativa aos inativos:	70	-	93	163	163
Custo líquido no exercício	**151**	**13**	**153**	**317**	**317**

(c) Análise de sensibilidade

A variação de 1 %. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Custos médicos	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Aumento (redução) obrigação atuarial	(459)	581	(290)	360	362	(298)
Aumento (redução) custo do serviço e juros	5	61	(15)	18	47	(38)

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

(d) Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2016	
Taxa de desconto (Real)	5,74% [1] / 5,69% [2] / 5,72% [3]	7,33%
Inflação (IPCA)	4,87% [1] [2] [3] [4]	
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação)	10,89% [1] / 10,84% [2] / 10,87% [3]	14,70%
Taxa de crescimento salarial (Real)	1,09% [1] / 1,04% [2]	2
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	6,01% [1] / 5,96% [2]	10
Taxa de rotatividade do plano de saúde	0,597% a.a [5]	
Taxa de rotatividade dos planos de pensão	Nula	
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	13,82% a 4,00%a.a	
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS 2013 (ambos os gêneros) [1] [3] AT-2000 Feminina suavizada em 10% [2]	EX-PETROS AT-2000 Fe
Tábua de entrada em invalidez	TASA 1927 [1] [3] / LIGHT Fraca [2]	TASA 19
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 Masculina agravada em 10% [1] [3] IAPB 1957 fraca [2]	AT-49 Masc
Idade de entrada na aposentadoria	Homem, 57 anos / Mulher, 56 anos [6]	Homem, 5

[1] Plano Petros Sistema Petrobras.
[2] Plano Petros 2.
[3] Plano AMS.
[4] Curva de inflação sendo projetada com base no mercado em 4,87% para 2017 e atingindo 4,00% de 2026 em diante.
[5] Rotatividade média apenas da patrocinadora Petrobras, que varia de acordo com a idade e tempo de serviço.
[6] Exceto para o Plano Petros 2, para o qual foi utilizada a elegibilidade conforme as regras do Regime Geral de Previdência Soc

31/12/2020	309
31/12/2021 a posteriori	5.832
Total	**7.125**

Notas Explicativas

21.5 Participações nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) tem por base as disposições legais vigentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pelo Ministério de Minas e Energia e pela Petrobras.

O Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, que trata desta participação, apresenta indicadores para a definição do valor a ser pago como PLR onde o pagamento, no caso de ausência de lucro consolidado, só ocorrerá se as metas forem alcançadas.

Para o exercício de 2016, em face do não atingimento das metas conforme estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho, nenhuma obrigação de pagamento foi reconhecida nas Demonstrações Contábeis, relativa a participação dos empregados nos lucros ou resultados do exercício de 2016.

21.6 Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV

Em outubro de 2016, a Companhia implementou o Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) BR 2016, visando adequar o efetivo da Companhia considerando o plano de desinvestimento conduzido pela Controladora Petróleo Brasileiro S.A. e as metas de desempenho previstas no Plano de Negócios e Gestão 2017-2021.

O programa, cujo período de inscrições foi encerrado em 30 de dezembro de 2016, obteve 1.105 adesões. O período de desligamento dos empregados inscritos é de 17 de janeiro a 31 de julho de 2017, conforme plano de ação de gestão do conhecimento ou de sucessão gerencial inerentes aos processos e atividades em que atuam.

Os empregados que aderiram ao PIDV tinham pelo menos 10 anos de tempo de Companhia, completos até 30 de dezembro de 2016, independentemente de cargo ou função. Conforme previsto no Regramento do PIDV BR 2016, os empregados poderão desistir a qualquer momento, situação em que não farão jus ao incentivo financeiro.

devidas aos empregados que aderiram, estando sujeita a revisão periódica pela ocorrência de possíveis desistências, da atualização das remunerações nos acordos coletivos de trabalho até a data da rescisão dos empregados, da atualização do piso e do teto pelo IPCA.

No ano de 2016 a Companhia registrou 319 desligamentos, sendo 3 desligamentos do PIDV BR – 2014 e 316 desligamentos referentes ao PIDV BR – 2015. Em 2016 ocorreram 31 desistências, das quais 1 referente ao PIDV BR – 2014 e as demais referentes ao PIDV BR - 2015.

A provisão referente ao PIDV está registrada no passivo circulante.

Saldo em 31 de dezembro de 2015	**96**
Novos inscritos PIDV 2016	444
Revisão de provisão (PIDV de 2014 e 2015)	(10)
Utilização por desligamento	(85)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**445**

Do saldo remanescente em 31 de dezembro de 2016, R$ 0,7 refere-se a desligamentos pendentes do PIDV BR - 2014 (1 pessoa), não restando mais participantes do PIDV BR – 2015 a serem desligados.

22 Patrimônio líquido

22.1 Capital social realizado

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2017, e com base nos termos dos artigos 12 e 122 da Lei 6.404/76, foi aprovada a proposta de grupamento de ações do capital social da Companhia, na proporção de 29,8521666575107:1, de forma que cada lote de 29,8521666575107 ações seja grupado em uma única ação. Também foi aprovada a alteração do artigo 4° do Estatuto Social para refletir a alteração na quantidade de ações de emissão da Companhia, passando de 34.777.774.156 ações (inalterado desde 2013) para 1.165.000.000 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal.

Notas Explicativas

O capital social em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 é de R$ 6.352, totalmente subscrito e integralizado.

22.2 Reservas de lucros

(a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em função do prejuízo apurado, não houve constituição de reserva legal.

(b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia. Em função do prejuízo apurado, não houve constituição de reserva estatutária.

(c) Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

No exercício de 2016, o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pela reserva de retenção de lucros no montante de R$ 315, bem como os juros sobre o capital próprio declarados para a Petrobras no valor de R$ 747.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados resultando em um benefício tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R$ 254 (R$ 246 em 2015) conforme nota 10 (d).

22.3 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o Art.7º do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Notas Explicativas

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada no dia 14 de dezembro de 2016, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio para a Petrobras no valor de R$ 747, sendo retido imposto de renda de R$ 112.

Os juros sobre o capital próprio serão atualizados monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data da quitação, de acordo com a variação da taxa Selic.

22.4 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos dos efeitos dos tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social.

22.5 Resultado por ação

	Controladora	
	2016	2015
Prejuízo	(315)	(1.161)
Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)	1.165.000.000	1.165.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação	**(0,27)**	**(1,00)**

O prejuízo básico e diluído por lote de mil ações, anteriormente apresentado, considerando 34.777.774.156 ações ordinárias foi de R$9,04 em 31 de dezembro de 2016 (R$ 33,38 em 31 de dezembro de 2015).

23 Receita de vendas

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	48.194	53.943	48.194	53.943
Gasolina	33.877	32.254	33.877	32.254
Óleo combustível	4.159	8.413	4.159	8.413
Querosene de aviação	7.009	8.983	7.009	8.983
Lubrificantes	2.033	2.187	2.033	2.187
Asfalto	1.381	1.061	871	684
Outros	2.770	3.226	2.770	3.226
Etanol	5.869	6.755	5.869	6.755
Gás natural	1.437	1.698	1.437	1.698
Outros (a)	1.498	1.747	1.472	1.722
	108.227	120.267	107.691	119.865
Juros embutidos no preço dos produtos	(520)	(568)	(520)	(568)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes (nota 11)	(542)	(412)	(542)	(412)
Bonificação por desempenho (b)	(244)	(216)	(244)	(216)
Encargos de vendas	(20.284)	(21.791)	(20.180)	(21.720)
Receita de vendas	**86.637**	**97.280**	**86.205**	**96.949**

(a) Inclui receita de serviços sendo R$ 65 no Consolidado (R$ 108 em 2015) e R$ 38 na Controladora (R$ 82 em 2015), e receita de energia elétrica no Consolidado e na Controladora de R$ 14 (R$ 22 em 2015).

(b) Valores concedidos aos clientes em função do cumprimento de prazos e desempenhos acordados contratualmente, em especial, referente ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

24 Outras receitas (despesas), líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	20
Aluguéis e royalties	271	254	271	
Arrendamentos operacionais	(109)	(99)	(109)	
Concessão de crédito - EPASA - transação extrajudicial	-	(50)	-	
ICMS - baixa saldo credor no Estado do Amapá	-	(45)	-	
ICMS - provisão para perda saldo credor - Estado da Bahia	(54)	-	(54)	
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	(298)	-	
Perdas e provisões com processos judiciais	(1.079)	(785)	(1.079)	
Plano de Incentivo ao Desligamento Voluntário - PIDV	(434)	(92)	(434)	
Planos de pensão e saúde - inativos	(226)	(163)	(226)	
Receita de armazenagem conjunta	59	59	59	
Recuperação de Créditos Tributários	46	57	46	
Relações institucionais e projetos culturais	(84)	(197)	(84)	
Outros	(59)	(111)	(58)	
Total	**(1.669)**	**(1.470)**	**(1.668)**	

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

25 Despesas por natureza

	Consolidado							
	2016							
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas
Matérias-primas e produtos para revenda	(79.833)	-	-	(1)	-	(79.834)	(90.066)	-
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(93)	(1.795)	(188)	128	-	(1.948)	(153)	(2.068)
Despesas com pessoal	(65)	(798)	(527)	(669)	-	(2.059)	(68)	(823)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(676)	-	-	-	(676)	-	(2.919)
Depreciação e amortização	(12)	(378)	(64)	-	-	(454)	(12)	(408)
Variação dos estoques	(165)	-	-	-	-	(165)	237	-
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(84)	-	(84)	-	-
Tributárias	-	-	-	(73)	(137)	(210)	-	-
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)	-	-
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(4)	(198)	(49)	109	-	(142)	95	(236)
Total	**(80.172)**	**(3.845)**	**(828)**	**(1.669)**	**(137)**	**(86.651)**	**(89.967)**	**(6.454)**

	Controladora							
	2016							
	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas líquidas	Despesas tributárias	Total	Custo dos produtos e serviços vendidos	Despesas com vendas
Matérias-primas e produtos para revenda	(79.461)	-	-	(1)	-	(79.462)	(89.819)	-
Serviços de terceiros, despesas com fretes e aluguéis	(86)	(1.785)	(180)	128	-	(1.923)	(146)	(2.054)
Despesas com pessoal	(54)	(792)	(520)	(669)	-	(2.035)	(57)	(818)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	(641)	-	-	-	(641)	-	(2.921)
Depreciação e amortização	(9)	(377)	(63)	-	-	(449)	(9)	(407)
Variação dos estoques	(166)	-	-	-	-	(166)	237	-
Relações Institucionais e Projetos Culturais	-	-	-	(84)	-	(84)	-	-
Tributárias	-	-	-	(73)	(132)	(205)	-	-
Perdas e provisões com processos judiciais	-	-	-	(1.079)	-	(1.079)	-	-
Perda no valor de recuperação de ativos - *Impairment*	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	(5)	(192)	(46)	110	-	(133)	107	(228)
Total	**(79.781)**	**(3.787)**	**(809)**	**(1.668)**	**(132)**	**(86.177)**	**(89.687)**	**(6.428)**

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Notas E

Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.782)	(1.003)	(1.781)	(999)
FIDC	(2)	(61)	-	(59)
Mútuo	-	(354)	-	(354)
Outras	(109)	(179)	(152)	(178)
	(1.893)	**(1.597)**	**(1.933)**	**(1.590)**
Receitas				
FIDC	299	139	297	139
Juros por atraso e financiamentos de clientes	296	295	287	285
Outras	93	71	47	46
	688	**505**	**631**	**470**
Variações monetárias				
Ativa				
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - Sistema Eletrobras	806	698	806	698
Atualização recebíveis - Setor elétrico - Sistema Isolado - terceiros	10	164	10	164
Outras	25	24	25	24
	841	**886**	**841**	**886**
Passiva				
Arrendamentos mercantis financeiros	(7)	(12)	(61)	(113)
Atualização de dividendos a pagar à Petrobras	(83)	(28)	(83)	(28)
Empréstimos e financiamentos	(117)	(136)	-	(1)
Outras	(4)	(5)	(5)	(5)
	(211)	**(181)**	**(149)**	**(147)**
Variação cambial	**(47)**	**88**	**(35)**	**90**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**583**	**793**	**657**	**829**
Resultado financeiro	**(622)**	**(299)**	**(645)**	**(291)**

Os encargos dos financiamentos (juros e variação monetária) totalizaram R$ 1.910 (nota17.4) no período (R$ 1.168 em 2015), sendo R$ 1.899 reconhecidos no resultado financeiro (R$ 1.139 em 2015) e R$ 11 como juros capitalizados (R$ 29 em 2015).

Os demais segmentos relacionados à venda de produtos químicos, asfalto e à geração de energia foram agregados em “outros”, como segmentos operacionais reportáveis, por não terem atingido o critério quantitativo requerido pelo IFRS/CPC para segmentos reportáveis.

O resultado das receitas da Companhia com clientes no Brasil é de R$ 85.340 (R$ 95.561 em 2015), e o total de receita com clientes no exterior, com base no país de destino da venda, é de R$ 1.297 (R$ 1.719 em 2015).

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

A seguir, as principais informações financeiras avaliadas pela Diretoria Executiva:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/16

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total d segmer
Receita de Vendas	52.634	23.247	6.189	5.109	-	87.
Custo dos produtos vendidos	(48.698)	(21.521)	(5.627)	(4.310)	(4)	(80.
Lucro bruto	**3.936**	**1.726**	**562**	**799**	**(4)**	**7.**
Despesas						
Vendas, gerais e administrativas	(1.617)	(1.091)	(462)	(422)	(228)	(3.
Tributárias	(6)	-	(2)	(12)	(27)	
Outras receitas (despesas), líquidas	225	28	(35)	31	(405)	(
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	5	(6)	
Resultado financeiro líquido						
EBITDA Ajustado	**2.538**	**663**	**63**	**401**	**(670)**	**2.**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio - dez/15

	Rede de Postos	Grandes Consumidores	Aviação	Outros	Corporativo	Total d segmer
Receita de Vendas	53.791	30.275	7.900	5.728	(2)	97.
Custo dos produtos vendidos	(49.986)	(27.908)	(7.230)	(4.828)	(3)	(89.
Lucro bruto	**3.805**	**2.367**	**670**	**900**	**(5)**	**7.**
Despesas						
Vendas, gerais e administrativas	(1.631)	(1.163)	(507)	(454)	(197)	(3.
Tributárias	(4)	-	(1)	(10)	(26)	
Outras receitas (despesas), líquidas	236	(2)	17	50	(596)	(
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	3	-	
Resultado financeiro líquido						
EBITDA Ajustado	**2.406**	**1.202**	**179**	**489**	**(824)**	**3.**
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						

Notas E

(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(12)	(12)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(442)	(459)
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia e que vêm ultimamente enfrentando dificuldades financeiras.	(411)	(2.863)
(d) Impostos		
Os ajustes de impostos referem-se à anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões para pagamentos referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais e do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) da União sobre passivos tributários de ICMS e de tributos federais junto aos Estados e União, respectivamente. A Companhia considera o ajuste apropriado porque fornece informações adicionais aos investidores que não são decorrentes de nossas operações principais.	(6)	(122)
Encargos tributários sobre receitas financeiras: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(84)	(45)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(1.079)	(785)
Plano de incentivo ao desligamento voluntário		
Os ajustes referem-se aos valores que impactaram os resultados da Companhia pela provisão dos gastos estimados com indenizações relativas ao plano, bem como pela reversão da provisão em função das desistências de adesão ao plano ocorridas nos respectivos períodos.	(434)	(92)
Impairment		
A Companhia reconheceu perda no valor de recuperação (*impairment)* da base Cruzeiro do Sul (BASUL II), no montante de R$298 milhões. Essa perda foi reconhecida, pelo fato da base operar significativamente abaixo de sua capacidade instalada, em função da perda das vendas no Estado do Acre atribuída, principalmente, à perda do contrato com o cliente Eletroacre.	-	(298)
(f) Resultado Financeiro, líquido	(622)	(299)
Total	**(3.632)**	**(5.387)**

consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis. As principais ações se referem a:

Processos Fiscais – (i) referentes à transferência de créditos de ICMS de transportadoras e construtoras do Mato Grosso, compensados pela Companhia (R$ 1.176); (ii) à incidência de PIS/COFINS por substituição tributária sobre operações de venda de querosene de aviação (R$ 46); e (iii) à cobrança de ICMS em virtude de não inclusão do ICMS - Substituição Tributária em sua base de cálculo (R$ 49).

Em 2015 a Companhia reconheceu R$ 555 de provisão referentes a diversos autos de infração provenientes das deduções praticadas em relação aos recolhimentos mensais de ICMS-ST complemento, em função, principalmente, do aproveitamento de créditos de ICMS adquiridos de transportadoras localizadas no Estado do Mato Grosso (Decreto Estadual nº 2.683/2010), bem como de contratos de compra e venda de créditos outorgados em favor das empresas de construção, em atendimento aos acordos elaborados entre o Estado do Mato Grosso, a Companhia e as construtoras, que se efetivava através dos ofícios emitidos pelo próprio Estado do Mato Grosso para a Companhia (Convênio ICMS nº 85/2011). Em 2016, com base em análises jurídicas, foi identificada necessidade de efetuar provisões adicionais no total de R$ 621.

Processos Cíveis – (i) demanda em que se discute o suposto descumprimento de Contrato de Transporte e de Mútuo pela Companhia, acarretando prejuízos e inviabilizando a operação de postos da autora (Valpar) no valor de R$ 84 (R$ 68 em 2015); (ii) processo movido pela empresa Compasa, em função de alegada perda de exclusividade de comercialização de produtos de marca Lubrax no Paraguai, decorrente da entrada da Petrobras no mercado local comercializando os mesmos produtos (R$ 36); (iii) decisão judicial que condenou a Companhia a efetuar a devolução de imóvel e a pagar perdas e danos relativos ao tempo que alegadamente ocupou indevidamente o bem (R$ 50); (iv) processo movido por Único Combustíveis Ltda. que visa à condenação da BR no pagamento de multa pactuada em contrato de Compra e Venda Mercantil, bem como de indenização por danos morais pela interrupção do fornecimento de combustível (R$ 44) e (v) demanda que nasceu devido à interrupção unilateral do contrato de distribuição por parte da Companhia, sendo que o cliente requer a rescisão do contrato por culpa da Companhia, com a liberação das garantias e a condenação ao pagamento da multa contratual, indenização a título de perdas e danos e danos morais (Dislub) (R$70).

Processos Trabalhistas – (i) pleito de condenação decorrente do pagamento das diferenças salariais do Plano Bresser, no percentual de 26,06%, oriundos do Decreto-Lei n.º 2.335/87, na tabela de níveis salariais (R$ 18); (ii) pleito de reintegração de empregados sob o fundamento de que as demissões foram nulas por inobservância aos acordos coletivos de trabalho (R$ 4); e (iii) pleito de pagamento de honorários advocatícios decorrentes da rescisão do contrato de prestação de serviços firmado com empresa incorporada pela Companhia (R$ 5).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Causas trabalhistas	225	149	225	149
Causas fiscais	1.415	702	1.414	701
Causas cíveis	441	243	441	243
Causas ambientais	9	11	9	11
Total	**2.090**	**1.105**	**2.089**	**1.104**

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	**1.105**	**357**	**1.104**	**357**
Adição	1.174	779	1.174	779
Reversão	(196)	(35)	(196)	(35)
Utilização	(109)	(15)	(108)	(15)
Atualização	116	19	115	18
Saldo final	**2.090**	**1.105**	**2.089**	**1.104**

As despesas com processos judiciais e administrativos, incluindo atualizações, estão reconhecidas em outras despesas operacionais.

28.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais

	Consolidado					
	2016			2015		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	225	109	116	149	80	69
Causas fiscais	1.415	8	1.407	702	10	692
Causas cíveis	441	71	370	243	65	178
Causas ambientais	9	4	5	11	4	7
Total	**2.090**	**192**	**1.898**	**1.105**	**159**	**946**

28.1.2 Garantias

Parte dos estoques e do imobilizado da Companhia servem como garantias em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Estoques	282	243	282	242
Imobilizado	23	25	23	25
	305	**268**	**305**	**267**

28.2 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2016**	**2015**	**2016**	**2015**
Fiscais	6.989	4.528	6.982	4.521
Cíveis - Gerais	1.833	1.148	1.833	1.148
Trabalhistas	259	135	259	135
Cíveis - Ambientais	9	-	9	-
Total	**9.090**	**5.811**	**9.083**	**5.804**

Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

a) Processos de natureza fiscal

	Descrição dos processos de natureza fiscal	2016
	Autores: Estados de MG e RJ	
1)	Cobrança da diferença de alíquota nas operações internas com querosene de aviação. Os Estados conferiram regime especial às empresas aéreas reduzindo a alíquota de ICMS. Hoje cobram essa diferença das distribuidoras relativamente às vendas para as companhias aéreas e/ou às transferências entre estabelecimentos da Companhia.	1.903
	Autores: Estados de GO, PA, RJ, RR, SC, SP e TO	
2)	Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	934
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PB, PE, SE e SP e o Distrito Federal	
3)	Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20º C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	635
	Autores: Estados do AM, BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RJ, RN, RO, SP e TO	
4)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	632
	Autores: Estados do AP, BA, MG e SP	
5)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	498
	Autor: União	
6)	Processos em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos/valores mobiliários, decorrente de operações qualificadas pela Fiscalização como remessa mensal de numerário à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras e empréstimos com vários contribuintes (postos de combustíveis).	466
	Autor: Estados do AM, CE e PE	
7)	Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	403
	Autores: Estados da BA, MS, MT, PA, RJ, RN, RO, SC e SP, o Distrito Federal e a União	
8)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	268
	Autor: União	
9)	Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo.	503

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza fiscal		2016
Autor: Estado do RJ		
10)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	91
Autor: União		
11)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e bônus de desempenho pagos aos empregados.	80
Autores: Estado do AM, BA, CE, GO, MT, PB, RO e SP		
12)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	78
Autores: Estados do AM, CE, ES, GO, MS, MT, PA, PE, RJ e RO		
13)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de respasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	71
Autores: Estados do MT e PA		
14)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	51
Autor: União		
15)	Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de PIS e COFINS que não foram retidos por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face da União.	46
Autores: Estados do MT, SE e SP		
16)	Processos em que o Estado cobra da Companhia tributo retido e não recolhido por usina alienante.	46
	Processos diversos de natureza fiscal	284
	Total	**6.989**

b) Processos de natureza cível

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

	Descrição dos processos de natureza cível	2016
	Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..	
1)	Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. Situação atual: Após a indicação do ex-Ministro do STJ Ruy Rosado como árbitro central, o procedimento se encontra em fase inicial, com o recolhimento das custas por parte dos requeridos e dos requerentes.	632
	Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração	
2)	Ação cível perante a justiça do Estado de São Paulo, com pedido de rescisão de contratos e indenização por perdas e danos, sob alegação de a Companhia ter descumprido obrigação que teria assumido para o surgimento do Grupo Forte. Situação atual: Aguarda-se julgamento do recurso especial interposto pela Companhia.	256
	Autor: Francisco Messias Cameli	
3)	Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição Secundária do Cruzeiro do Sul (BASUL). Situação atual: Condenação em 1º grau, aguardando julgamento em 2º grau pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	175
	Autor: C A Soares da Costa	
4)	Ação cível perante a justiça de Rondônia, pretendendo indenização por perdas e danos, sob a alegação de descumprimento de contrato de transporte pela Companhia. Situação atual: o Tribunal de Justiça de Rondônia manteve a decisão anterior, favorável à Companhia. O autor apresentou recurso especial, remetido ao Superior Tribunal de Justiça - STJ.	141
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda	
5)	A DISCOM alega que a Companhia , desde outubro de 1997, houvera firmado um contrato de promessa de compra e venda mercantil , constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando inúmeros prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos e lucros cessantes e indenização por danos morais. Situação atual: aguardando julgamento da apelação.	157
	Autor: Derivados de Petróleo Santa Izabel Ltda	
6)	Ação de indenização por danos morais e materiais. O autor reivindicava a sustação de protestos de duplicatas mercantis e indenização por danos morais e materiais, sob a alegação de que os títulos protestados teriam sido emitidos indevidamente pela Companhia (notas fiscais e duplicatas com o objetivo de cobrar ICMS), causando-lhe expressivos prejuízos em suas órbitas patrimonial e extrapatrimonial. Situação atual: A parte contrária deu início ao cumprimento de sentença, estimando o seu crédito em R$121.462.267,60 (cento e vinte e um milhões, quatrocentos e sessenta e dois mil, duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) e a Companhia foi intimada a pagar o valor reinvindicado, no prazo de 15 dias, sob pena de penhora. Em face dessa decisão, a Companhia apresentou impugnação (em 1ª instância) e agravo de instrumento perante o Tribunal de Justiça da Bahia. A impugnação ainda não foi julgada. No agravo foi deferido efeito suspensivo, para sustar a decisão que determinava o pagamento do valor pleiteado pelo exequente (o mérito do recurso ainda será apreciado pelo colegiado).	124
	Processos diversos de natureza cível	348
	Total	**1.833**

c) Processos de natureza trabalhista

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Descrição dos processos de natureza trabalhista		2016
Autor: Ministério Público do Trabalho		
1)	Execução de multa diária (*astreintes*), proposta pelo Ministério Público do Trabalho em face da Companhia, em razão de pretenso descumprimento de determinação judicial relacionada a questões de saúde, meio ambiente e segurança (SMS) envolvendo os motoristas de transportadoras e agregados que prestam serviços na Base de Canoas. Situação atual: Em agosto de 2017, considerando a existência de decisões de 1º e 2º graus favoráveis à Companhia; considerando que parece não haver fundamento para a interposição de Recurso de Revista, o qual em execução depende de ofensa à Constituição; e considerando que a remotíssima hipótese de admissibilidade e provimento de eventual Recurso de Revista não importa na determinação de pagamento, mas em devolução do processo à 1ª instância para instrução e julgamento, a expectativa de perda foi alterada de possível para perda remota.	120
	Processos diversos de natureza trabalhista	139
	Total	**259**

29 Compromissos Contratuais

a) Compromissos com a Petrobras

A Companhia possui compromissos contratuais com a Petrobras para o período de 5 anos referentes a compra de derivados de petróleo, que corresponde a um valor total estimado de R$ 25.600.

A Companhia possui compromissos incondicionais de compra com a Petrobras para o período de 2016 a 2025 de aproximadamente 5,1 bilhões de m³ de gás natural, que corresponde a um valor total restante estimado de R$ 2.900.

Em 1º de março de 2016, a Companhia celebrou novo contrato com a Petrobras, para a aquisição de 3,5 milhões de toneladas de Coque Verde de Petróleo por ano, ao longo de 5 anos, a partir da data em que foi firmado, prorrogável por até igual período, ao valor estimado de R$ 5.500, para o primeiro período contratual.

b) Contratos de aluguel

A Companhia possui compromissos contratuais com a Confidere OGB Imobiliária e Incorporadora referente à locação do Edifício Lubrax para o período de 2017 a 2031, num valor total restante estimado de R$ 1.400.

c) Contratos "*take or pay*"

Os serviços da Brasil Carbonos são prestados em sua totalidade à Companhia. Há contrato com cláusula de *take or pay* para os serviços prestados na planta de Taubaté/SP. O contrato estabelece a prestação de serviços de beneficiamento para 20.910 mil toneladas de coque verde de petróleo, ao valor estimado de R$ 490, até dezembro de 2032.

30 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de *hedge* definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Pela natureza de seu negócio, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de crédito, sendo que parte desta exposição possui atualização pela aplicação de taxas de juros sobre os financiamentos de clientes. A Companhia também está sujeita aos riscos de liquidez, de mercado e de variação na taxa de câmbio.

Apresentamos as descrições dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado 2016	Consolidado 2015	Controladora 2016	Controladora 2015
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e bancos	6		63	609	61	607
Aplicações financeiras	6		592	201	381	-
Contas a receber	7		13.905	14.291	13.981	14.231
Depósitos judiciais	12		950	798	928	778
			15.510	**15.899**	**15.351**	**15.616**
Valor justo por meio do resultado						
Precatórios	7	2	24	29	24	29
			24	**29**	**24**	**29**
Ativos financeiros disponíveis para venda						
FIDC Fornecedor			-	19	-	19
			-	**19**	**-**	**19**
Ativos financeiros mantidos até o vencimento						
NTN-P			2	9	2	9
			2	**9**	**2**	**9**
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado						
Fornecedores	16		2.650	3.047	2.622	3.023
Financiamentos	17		12.814	12.894	11.733	11.782
Cessão de direitos creditórios	31.2		31	24	-	-
Arrendamentos mercantis financeiros	18		95	129	685	711
			15.590	**16.094**	**15.040**	**15.516**

30.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

30.2 Risco de mercado

30.2.1 Risco de crédito

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais. Tal risco consiste na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas.

30.2.1.1 Gerenciamento de risco de crédito

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados o comportamento de pagamento do cliente e as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), garantias pessoais (fianças) e análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência, aprovada pela Administração, para concessão de crédito.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações de *hedge*, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros.

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias e clientes governo. A exposição ao risco está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber.

30.2.2 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros sobre o passivo da Companhia está associado, principalmente, ao CDI, indexador dos financiamentos com o Banco da Amazônia, o Banco do Brasil, o Itaú e o Bradesco (nota 17), e às taxas de IGPM e IPCA, que são os indexadores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários. Os ativos se caracterizam, em maior parte, pelos contratos de confissão de dívida das empresas do Sistema Eletrobras, atualizados pela Selic.

30.2.2.1 Gerenciamento de risco de taxa de juros

A Companhia atualmente não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar sua exposição às flutuações das taxas de juros.

Segue a análise de sensibilidade dos juros dos principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2016.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Instrumentos	Exposição	Nota	Risco	(Despesa)/ receita financeira no cenário 1 (a)	Resultado financeiro com decréscimo de 25%
Contrato de confissão de dívida - Setor elétrico - Sistema isolado - Sistema Eletrobras	6.225		Redução da Selic	806	605
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	(1.063)	17.1	Alta do IPC-A e IGP-M	(128)	(111)
Financiamentos da Companhia	(11.733)	17.1	Alta do CDI	(1.781)	(1.336)
Aplicações - FIDC	2.776	31.2	Redução do CDI	299	224

(a) Cenário I corresponde ao efeito reconhecido no resultado do exercício considerando a data-base de 31 de dezembro de 2016.

30.2.3.1 Gerenciamento de risco cambial

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento.

Em 2016 foram contratadas operações de *hedge* para exportação no total de US$ 158,8 milhões. Em relação ao faturamento de exportação em dólar do segmento de aviação ocorrido em 2016, o percentual de *hedge* contratado representou 48%. A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* para cobertura de, no máximo, 100% do faturamento ao exterior.

A Companhia contratou operações de *hedge* cambial na posição de compra para a fixação de preços de querosene de aviação em reais para clientes nacionais do segmento de aviação no total de US$ 29,9 milhões o que representou 100% do volume desse tipo de operação. Também na posição de compra foram contratados US$ 16,7 milhões em *hedge* cambial para as importações da empresa que estavam expostas a variação cambial.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial em 2016 geraram um resultado positivo para a Companhia de R$ 7.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF, conforme definido no artigo 2º. da Deliberação CVM no. 550.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

Contratos a termo de dólar (NDF)	Valor de referência (*nocional*) (USD)		Valor justo (R$)		Vencimento
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	
Posição Comprada	-	13	-	2	1T16
Posição Vendida	15	-	1	-	1T17

O saldo de *hedge* cambial, registrado ao valor justo em base recorrente, está classificado como Nível 2.

Derivativos de Moeda Estrangeira	Risco	Cenário Provável Em 31/12/2016	Cenário Possível (Δ de 25%)	Cenário Remoto (Δ de 50%)
Contratos a termo de dólar (NDF)	Valorização do Dólar frente ao Real	1	(11)	(23)

30.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos preponderantemente em seus gastos operacionais. Geralmente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, havendo, em função de oportunidades existentes no mercado financeiro, eventuais operações financeiras para financiamento de projetos ou como resposta a um evento de liquidez específico.

30.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela área financeira da Companhia. Trabalha-se com um fluxo anual, o qual é monitorado através de revisões de projeções mensais, discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, custeio e investimentos da Companhia, atentando sempre para a manutenção de um saldo de caixa mínimo capaz de fazer frente às oscilações do fluxo diário.

O excesso de caixa é aplicado em quotas do FIDC-NP, fundo exclusivo e corporativo do Sistema Petrobras, com incidência de juros. Acontecimentos que venham a onerar a geração de caixa, no limite do seu giro, são atendidos com recursos do fundo corporativo.

Em paralelo, mantém-se sempre espaço para estruturações financeiras que possam melhorar a estrutura e o custo do capital, além de reforçar o caixa em situações específicas.

Notas Explicativas

30.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos.

A estrutura de capital da Companhia, assim como sua gestão de caixa deverão ser sempre pautadas, em última análise, na melhor estrutura de capital e gestão financeira sob a ótica da Petrobras, optando pelas alternativas que melhor trazem sinergia para o Sistema Petrobras.

A gestão e o acompanhamento de capital ocorrem através de:

- controle do fluxo diário de caixa;
- projeção e acompanhamento da realização do fluxo de caixa de curto e médio prazos da Companhia, estruturando o Plano Financeiro que suportará os processos orçamentários;
- análise do ciclo de caixa e da necessidade de capital de giro; e
- acompanhamento das variáveis que impactam o capital de giro, integrando as iniciativas relacionadas à gestão da necessidade de capital de giro.

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Financiamentos (nota 17)	12.814	12.894	11.733	11.782
Arrendamentos mercantis financeiros (nota 18)	95	129	685	711
Cessão de direitos creditórios (nota 31.2)	31	24	-	-
Endividamento total	12.940	13.047	12.418	12.493
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(655)	(810)	(442)	(607)
Endividamento líquido	12.285	12.237	11.976	11.886
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores (nota 22)	7.410	9.925	7.410	9.925
Endividamento líquido /(endividamento líquido + patrimônio líquido)	**62%**	**55%**	**62%**	**54%**

30.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

Notas Explicativas

- Nível 2 - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Não houve transferências entre os níveis de instrumentos financeiros em relação a 2015.

31 Partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação, inclusive dos países onde atua e as partes envolvidas nas negociações.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

31.1 Transações comerciais e outras operações

31.1.1 Por operação

		Ativo			P	
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	cir
Resultado						
Receitas, principalmente de vendas	5.096					
Variações monetárias e cambiais líquidas	719					
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(661)					
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		783	8.753	9.536		
Títulos e valores mobiliários		-	2	2		
Caixa e equivalentes de caixa		79	-	79		
Depósitos judiciais		-	729	729		
Passivo						
Fornecedores (Nota 16)					1.701	
Dividendos					635	
Financiamentos (nota 17.1)					300	
Adiantamento de clientes					48	
Em 31.12.2016	**5.154**	**862**	**9.484**	**10.346**	**2.684**	
Janeiro a dezembro/2015	**8.043**					
Em 31.12.2015		**1.346**	**8.634**	**9.980**	**2.859**	

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

		Ativo			Pas
	Resultado	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Resultado					
Receitas, principalmente de vendas	5.114				
Variações monetárias e cambiais líquidas	664				
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(707)				
Ativo					
Contas a receber (nota 7)		915	8.753	9.668	
Títulos e valores mobiliários		-	2	2	
Caixa e equivalentes de caixa		68	-	68	
Depósitos judiciais		-	707	707	
Passivo					
Fornecedores (Nota 16)					1.677
Dividendos					635
Financiamentos (nota 17.1)					283
Adiantamento de clientes					48
Arrendamentos mercantis financeiros					121
Em 31.12.2016	**5.071**	**983**	**9.462**	**10.445**	**2.764**
Janeiro a dezembro/2015	**7.966**				
Em 31.12.2015		**1.421**	**8.614**	**10.035**	**2.895**

As compras efetuadas da Petrobras totalizaram R$ 62.347 (R$ 75.140 em 2015). As transações com partes relacionadas comerciais definidas entre as partes.

31.1.2 Por empresa

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Consolidado

	Resultado		Ativo				Passivo			
			2016			2015	2016			2015
	2016	2015	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	2.870	5.157	411	8.679	9.090	8.443	8	-	8	42
Petrobras	1.771	1.776	208	-	208	240	2.259	-	2.259	2.588
Arembepe (a)	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaçari Muricy (a)	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Termocabo	31	113	2	-	2	16	-	-	-	-
Transpetro	50	47	15	-	15	9	9	-	9	4
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	20	12	-	-	-	7	4	-	4	7
Outras	140	148	7	74	81	97	40	-	40	58
	4.882	7.324	643	8.753	9.396	8.812	2.320	-	2.320	2.699
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	336	540	54	-	54	19	-	-	-	1
Braskem	63	101	7	-	7	1	14	-	14	2
Guarani S.A.	84	72	1	-	1	1	-	-	-	11
Outras coligadas	26	26	1	-	1	1	10	-	10	1
	509	739	63	-	63	22	24		24	15
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	3	5	-	2	2	9	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(664)	(476)	79	729	808	1.013	300	4.489	4.789	4.766
Clientes - Governo Federal	424	451	77	-	77	124	40	-	40	79
	(237)	(20)	156	731	887	1.146	340	4.489	4.829	4.845
Total	**5.154**	**8.043**	**862**	**9.484**	**10.346**	**9.980**	**2.684**	**4.489**	**7.173**	**7.559**

(a) Incorporadas pela Petrobras em 2015

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.
Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhões de reais, exceto quando mencionado)

Controladora

	Resultado		Ativo				Passivo			
			2016			2015	2016			2015
	2016	2015	Circulante	Não circulante	Total	Total	Circulante	Não circulante	Total	Total
Controladas e negócios em conjunto do Sistema Petrobras e Setor elétrico - Sistema Isolado (Sistema Eletrobras)										
Empresas do setor elétrico - Sistema isolado (Sistema Eletrobras)	2.870	5.157	411	8.679	9.090	8.443	8	-	8	42
Petrobras	1.771	1.776	208	-	208	239	2.226	-	2.226	2.563
Termocabo	31	113	2	-	2	16	-	-	-	-
Arembepe (a)	-	39	-	-	-	-	-	-	-	-
Camaçari Muricy (a)	-	32	-	-	-	-	-	-	-	-
Transpetro	50	47	15	-	15	9	9	-	9	4
Petrobras Paraguay Operaciones y Logistica	20	12	-	-	-	7	4	-	4	7
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(102)	(101)	130	-	130	82	123	537	660	685
Outras	159	172	9	74	83	101	47	-	47	62
	4.799	7.247	775	8.753	9.528	8.897	2.417	537	2.954	3.363
Coligadas do Sistema Petrobras										
Suape II	336	540	54	-	54	19	-	-	-	1
Braskem	63	101	7	-	7	1	14	-	14	2
Guarani S.A.	84	72	1	-	1	1	-	-	-	11
Outras coligadas	26	26	1	-	1	1	10	-	10	1
	509	739	63	-	63	22	24	-	24	15
Entidades governamentais										
Títulos governamentais	4	4	-	2	2	9	-	-	-	-
Bancos Controlados pela União	(665)	(475)	68	707	775	983	283	4.488	4.771	4.736
Clientes - Governo Federal	424	451	77	-	77	124	40	-	40	79
	(237)	(20)	145	709	854	1.116	323	4.488	4.811	4.815
Total	**5.071**	**7.966**	**983**	**9.462**	**10.445**	**10.035**	**2.764**	**5.025**	**7.789**	**8.193**

(a) Incorporadas pela Petrobras em 2015

As transações com bancos controlados pela União foram efetuadas, principalmente, com o Banco do Brasil e Banco da Amazônia S.A.

Despesa financeira FIDC-NP	(2)	(61)	-	(59)
Resultado financeiro	**297**	**78**	**297**	**80**

Notas Explicativas

As cessões de direitos creditórios performados e não performados estão classificadas no passivo circulante. A taxa de desconto na cessão de direitos creditórios do FIDC-NP Petrobras é de 100,5% do CDI; não há IOF e IR na operação.

As aplicações em cotas do FIDC-NP estão classificadas no ativo circulante, contas a receber. A taxa de remuneração é de 100% do CDI. No caso de resgate nos primeiros 30 dias de aplicação, há IOF sobre o rendimento, por meio de tabela regressiva.

As subsidiárias do Sistema Petrobras têm 100% de cotas seniores do FIDC-NP e, historicamente, todas as solicitações de resgates das subsidiárias foram atendidas.

31.3 Remuneração de dirigentes e empregados

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados.

As remunerações de empregados, incluindo as gratificações dos ocupantes de funções gerenciais, e dirigentes da Companhia relativas ao mês de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

	Controladora	
Remuneração	**2016**	**2015**
Remuneração por empregado		
Menor remuneração	3.281,17	3.126,69
Remuneração média	13.649,67	13.538,57
Maior remuneração	71.634,19	71.634,19
Remuneração por dirigente da Companhia (maior)	111.201,13	101.664,96
(Valores expressos em reais)		

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal-chave da Companhia durante o exercício de 2016 foi de R$ 9 (R$ 8 em 2015) na Controladora e de R$ 13 (R$ 12 em 2015) no Consolidado.

No exercício de 2016, os honorários de diretores e conselheiros no Consolidado totalizaram R$ 9 (R$ 9 em 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha cinco membros na Diretoria Executiva e nove membros no Conselho de Administração.

poluição ambiental. A cobertura para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia totalizava R$ 81.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

33 Eventos subsequentes

Aumento de Capital

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital da Companhia, em espécie, no montante de R$ 6.313 milhões, que resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros como liquidez e solvência.

Pagamento Antecipado das Notas de Crédito

Em 31 de agosto de 2017, a Companhia liquidou antecipadamente as Notas de Crédito à Exportação (NCE) emitidas em favor do Banco do Brasil e do Bradesco, no valor total de R$ 7.708 milhões.

Cisão Parcial

Em 31 de agosto de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a cisão parcial da Companhia com a incorporação da parcela cindida pela Downstream Participações Ltda. (controlada da Petrobras), no montante de R$ 6.339 milhões, referente aos créditos com as empresas do sistema Eletrobras repactuados em 2014 e dos valores a receber dos clientes Breitener Tambaqui e Breitener Jaraqui, ambas do sistema Petrobras com o objetivo de melhorar a gestão da estrutura de capital do grupo econômico das referidas empresas. A mencionada operação, além dos benefícios para os acionistas decorrente da valorização dos seus ativos e negócios, resultará em benefícios de ordem administrativa e econômica para a Companhia cindida, permitindo melhoria dos seus indicadores financeiros.

Processo Judicial

Em virtude da decisão em 2ª instância eminentemente favorável à Companhia, proferida em processo administrativo em que a Companhia é exigida por suposta falta de recolhimento do imposto sobre operações de crédito (IOF) decorrente de operações qualificadas pela fiscalização como remessa de numerário à Petrobras e mútuos a postos revendedores, a Companhia alterou a expectativa de perda e reduziu significativamente o risco financeiro envolvido passando de perda possível no montante de R$ 456 em 31 de dezembro de 2016 para perda provável de R$ 0,3 em 31 de julho de 2017, referente

a parcela de cobrança do IOF sobre mútuos a postos revendedores.

Notas Explicativas

Petrobras Distribuidora S.A.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Petrobras Distribuidora S.A – BR, sociedade por ações de capital fechado, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

Ivan de Sá Pereira Junior
Presidente

Marcelo Fernandes Bragança
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Coulo
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

AUGUSTO MARQUES DA CRUZ FILHO
Presidente

BRUNO CESAR DE PAIVA E SILVA
Conselheiro

CLEMIR CARLOS MAGRO
Conselheiro

DURVAL JOSÉ SOLEDADE SANTOS
Conselheiro

FRANCISCO ARRUDA VIEIRA DE MELO FILHO
Conselheiro

JERÔNIMO ANTUNES
Conselheiro

JORGE CELESTINO RAMOS
Conselheiro

REINALDO GUERREIRO
Conselheiro

SEGEN FARID ESTEFEN
Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

IVAN DE SÁ PEREIRA JUNIOR
Presidente

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA
Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

GUSTAVO HENRIQUE BRAGA COUTO
Diretor Executivo de Mercado Consumidor

RAFAEL SALVADOR GRISOLIA
Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO
Contador - CRC - RJ - 077.292/O-2

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Distribuidora S.A.

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria foi instalado na Petrobras Distribuidora S.A. (“BR”) em 3 de agosto de 2016, tendo suas responsabilidades e atribuições formalmente estabelecidas em Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

Em 31 de agosto de 2017, esse colegiado passou à condição de Comitê de Auditoria Estatutário (sendo, a partir de então, - denominado “CAE”), nos termos do artigo 24 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do artigo 38 do Decreto 8.945, de 27 de dezembro de 2016 (“Estatuto Jurídico das Empresas Estatais”).

O Comitê de Auditoria Estatutário é órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração e tem por finalidade assessorá-lo no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos.

O escopo das atribuições do CAE pode ser estendido às sociedades subsidiárias e controladas da BR, observada a legislação aplicável.

No cumprimento de suas responsabilidades, o CAE não é responsável pelo planejamento ou condução de auditorias ou por qualquer afirmação de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas (doravante “demonstrações contábeis”) da BR sejam completas e exatas e estejam apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Esta responsabilidade é da administração e dos auditores independentes. No cumprimento de suas responsabilidades descritas no Regimento Interno, os membros do CAE não estão desempenhando as funções de auditores ou contadores.

Desta forma, é importante enfatizar que os administradores da BR são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna, diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada tecnicamente pelo CAE, responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades que apresentam aqueles mais sensíveis às operações e à estratégia da BR.

A Gerência de Governança, Risco e Conformidade – GGRC, também com subordinação hierárquica direta ao Conselho de Administração e sob a supervisão técnica do CAE, tem a atribuição de elaborar e monitorar a execução do modelo de governança, fortalecer a visão integrada dos riscos corporativos, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão dos riscos relevantes, planejar, orientar, coordenar e avaliar as atividades de conformidade e controle.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Ouvidoria Geral, responsável também pelo recebimento e encaminhamento de denúncias, é supervisionada diretamente pelo Conselho de Administração e supervisionada pelo CAE, através de reuniões periódicas de relatos e debates sobre as suas atividades e dos conteúdos, tratamentos e conclusões de denúncias recebidas no período.

A Auditoria Independente, que a partir de abril de 2017 é realizada pela KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), atua de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. No período compreendido entre o exercício findo em 31/12/2012 e abril de 2017, a Auditoria Independente foi realizada pela PricewaterhouseCoopers ("PwC"), tendo essa também atuado de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Os relatórios dos auditores independentes refletem os resultados de suas verificações e opiniões a respeito da adequada apresentação das demonstrações contábeis da BR, considerados todos os seus aspectos relevantes, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

2. COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

No dia 25 de agosto de 2017, o Conselho de Administração aprovou a revisão do Regimento Interno do Comitê de Auditoria, prevendo que poderá ser composto por 3(três) a 5(cinco) membros, escolhidos dentre os seus conselheiros, nomeados e destituíveis por tal colegiado.

Desde sua origem, o CAE é constituído pelos seguintes Conselheiros de Administração: Jerônimo Antunes (Presidente), Clemir Carlos Magro e Durval José Soledade Santos. Os Srs. Jerônimo Antunes e Clemir Carlos Magro são os membros especialistas financeiros e de contabilidade societária. o Sr. Durval José Soledade Santos é advogado especialista em Direito Societário. Destaca-se que todos os atuais membros do CAE são considerados independentes pelos critérios do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e atendem aos requisitos da Lei 13.303/16, a denominada Lei das Estatais.

3.RESUMO DAS ATIVIDADES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

No período de 3 de agosto de 2016 a 21 de novembro de 2017, foram realizadas 26 reuniões ordinárias do CAE da BR, que contemplaram 205 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes Executivos, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente registradas em atas.

O Presidente do CAE relatou mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração os principais temas tratados em suas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas às diversas áreas da BR, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram objeto de documentos onde os assuntos tratados e recomendações são descritas de forma resumida e anexadas às Atas de Reuniões do Conselho de Administração.

3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

O CAE reuniu-se com os auditores independentes ("KPMG" e "PwC") para debater o planejamento e a execução dos trabalhos da auditoria para reemissão dos relatórios de auditoria para demonstrações contábeis dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016 e dos relatórios de revisão limitada para os períodos

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

findos em 31 de março, 30 de junho de 2017, assim como para a emissão dos relatórios [illegible] encerrados em 31 de agosto e 30 de setembro de 2017.Nesses debates, o CAE discutiu com os auditores independentes a natureza, época e a extensão dos principais procedimentos de auditoria selecionados, as materialidades adotadas para os seus exames, os impactos do grupamento de ações do capital social da Companhia, as análises de riscos de auditoria por eles efetuadas, os pontos de atenção identificados e as conclusões dos seus exames.

Também foram obtidas informações para assegurar independência dos auditores e a inexistência de conflitos de interesses em outros trabalhos que não os de auditoria das demonstrações contábeis.

3.3. AUDITORIA INTERNA

Nas diversas reuniões realizadas com a Auditoria Interna, o comitê tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes das conclusões dos seus trabalhos, bem como efetuou um rigoroso e detalhado acompanhamento das providências saneadoras adotadas pela Administração para os apontamentos dos exames de auditoria. Essas pautas abordaram o Plano de Atividades, os relatórios trimestrais e anual dos trabalhos, além do acompanhamento da realização dos testes dos controles SOx na BR. Destaca-se que o Gerente Executivo de Auditoria Interna é convidado permanente em todas as reuniões do Comitê de Auditoria.

3.4. CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

No período de abrangência deste relatório, foram realizadas pautas de reuniões com a área de Contabilidade tendo como objeto as demonstrações contábeis, abordando as principais práticas contábeis adotadas, as estimativas contábeis efetuadas, bem como as apresentações da situação patrimonial e financeira, dos resultados financeiros, dos fluxos de caixas e dos valores adicionados e das notas explicativas às demonstrações contábeis.

A classificação de riscos dos processos nas esferas judiciais e administrativas, as estimativas de valores e consequentes registros contábeis em provisões passivas e/ou divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis da BR, foram analisadas e discutidas em reuniões do CAE com a Gerência Executiva do Jurídico, Administração e Planejamento Tributário e com a Contabilidade.

3.5. GOVERNANÇA, RISCO E CONFORMIDADE

As reuniões realizadas com a participação da Gerência de Governança, Risco e Conformidade contemplaram o acompanhamento e as recomendações pelo CAE pertinentes aos seguintes temas principais: monitoramento do sistema de controles internos quanto à sua efetividade e processos de melhorias; processo de *due diligence* de integridade; monitoramento intensivo do Plano de Remediação das Fraquezas Materiais; elaboração de matriz de fraude e corrupção e estudo de apetite ao risco.

3.6. OUVIDORIA

As pautas de reuniões envolvendo a Ouvidoria abordaram: (i) a estrutura organizacional e os processos de controles e metodologia de trabalho desta área, (ii) o recebimento, apuração e tratamento de denúncias de baixo risco, que passaram a ser apuradas pela BR, por meio do Coordenador de Apuração de Denúncias, (iii) as suspeitas de violação do Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência.

Cumprindo suas atribuições de avaliar e monitorar a adequação e comutatividade das transações com partes relacionadas realizadas pela BR e suas respectivas evidenciações, o CAE se reuniu com as áreas de Contabilidade, Governança, Risco e Conformidade e de Auditoria Interna para examinar os pontos relevantes dos relatórios emitidos contendo os detalhes de tais transações.

3.8. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o CAE tratou de diversas outras pautas em reuniões periódicas com os principais executivos da empresa, a fim de tomar conhecimento das estratégias relevantes do negócio, bem como para acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações. O CAE também se reuniu com o Conselho Fiscal para análise das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016 e do resultado de desempenho das atividades da BR no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2017.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O CAE reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia, bem como emite e apresenta o relatório resumido das suas atividades anuais, que é divulgado junto com as demonstrações contábeis da BR.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES EXECUTIVOS

Para todas as reuniões realizadas pelo CAE, as Diretorias Executivas envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes Executivos das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre destas Gerências Executivas proporem pautas para apresentação no CAE, no que for pertinente às atribuições deste comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

Em decorrência de sua atuação anteriormente relatada, o CAE recomendou à Diretoria Executiva, dentre diversas outras, as seguintes ações:

(i) Adoção de providências para eliminar as deficiências significativas dos controles internos reportadas pelos auditores independentes nos relatórios da controladora Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, arquivados juntos aos órgãos fiscalizadores nacional e internacional, a saber: a) Anulação de controles de monitoramento *(Management Override of Controls);* b) Controles relacionados aos ativos imobilizados; c) Revisão e aprovação de lançamentos contábeis manuais; d) Controles relacionados à gestão de acesso e contencioso e; e) Passivo atuarial;
(ii) Revisão periódica ao longo do exercício social dos riscos de perdas - classificados em chances prováveis, possíveis e remotas - nos julgamentos dos processos judiciais e administrativos, bem como das estimativas de valores de eventuais dispêndios financeiros futuros, incluindo os honorários advocatícios;
(iii) Revisão da estrutura organizacional, com o aumento de quantitativo de pessoal, objetivando fortalecer a equipe da Gerência Executiva de Auditoria Interna; bem como a

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

criação da Coordenação de Apuração de Denúncias, possibilitando a apuração de denúncias de baixo risco no âmbito da BR e fortalecer a equipe de Gerência de Governança, Risco e Conformidade;
(iv) Revisão da norma interna de Gerenciamento de Riscos Empresariais;
(v) Adoção de um plano estruturado para gestão da inadimplência de clientes.

O CAE julga que todos os itens destacados acima, cujos planos de ação já foram implementados ou encontram-se em andamento, contemplam procedimentos adequados para mitigar os riscos de controles internos e não geram impactos relevantes para as demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e no período de 1º de janeiro a 30 de setembro de 2017.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras Distribuidora S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016 e dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para fins de pedido de registro para distribuição pública de valores mobiliários, nos termos do que prevê a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Também foram examinados os Relatórios Anuais da Administração, que acompanharam as Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2016 e 31 de agosto de 2017.

Considerando todas as informações prestadas pela Administração da BR, pela PwC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e pela KPMG Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes que lhes foram dados a conhecer pelos trabalhos efetuados e descritos neste relatório estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas aos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016 e dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2017, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

Jerônimo Antunes
Membro e Presidente do Comitê de Auditoria
Especialista financeiro e de contabilidade societária

Clemir Carlos Magro
Membro do Comitê de Auditoria
Especialista financeiro e de contabilidade societária

Durval José Soledade Santos
Membro do Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Administradores e Acionistas Petrobras Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Distribuidora S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e da Petrobras Distribuidora S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota 2.1 às demonstrações contábeis, visando aprimoramento da apresentação de suas demonstrações contábeis, a administração da Companhia procedeu à inclusão de divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, adequando-as aos requisitos contábeis para o propósito descrito na referida nota, bem como reapresentação do resultado por ação em decorrência do grupamento de ações divulgado na Nota 22. Desta forma, as demonstrações contábeis acima mencionadas estão sendo reemitidas e, portanto, este relatório de auditoria substitui os anteriormente emitidos em 20 de março de 2017 e 16 de outubro de 2017.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

1 - "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia (Nota 1.2)

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada "Operação Lava Jato", visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades cometidas por fornecedores do Grupo Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, envolvendo diversos participantes, internos e externos à Companhia. O referido esquema consistia de um conjunto de empresas que, entre 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Companhia e impor gastos adicionais vinculados a esses contratos, utilizando estes valores para efetuar pagamentos indevidos.

Os valores pagos pela Companhia no âmbito dos contratos de construção de ativos junto aos fornecedores envolvidos no esquema foram incluídos nos custos históricos dos respectivos ativos imobilizados. A administração da Companhia entendeu que os pagamentos indevidos representam gastos adicionais e, consequentemente, reconheceu uma baixa no montante de R$ 23 milhões em exercícios anteriores.

A "Operação Lava Jato" e seus reflexos na Companhia foram considerados como um dos principais assuntos de auditoria em função de: (i) os efeitos potenciais e limitações inerentes que são particularmente significativas em casos como este; (ii) necessidade de acompanhamento de informações relacionadas às investigações em andamento conduzidas pelas autoridades a fim de confirmar a razoabilidade dos efeitos já consignados nas demonstrações contábeis; e (iii) necessidade de aprimoramento da estrutura de governança e dos controles internos relacionados aos processos de contratação de fornecedores de bens e serviços, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Aspectos relevantes da nossa resposta de auditoria envolveram, entre outros, os descritos a seguir.

Atualizamos nosso entendimento a respeito da estrutura de governança e como os responsáveis pela administração fazem a supervisão geral para identificar e responder aos principais riscos relacionados ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços, à luz das mudanças introduzidas pela administração nos seus processos e controles para dar resposta à fraude identificada.

Obtivemos também o entendimento das principais novas políticas internas introduzidas e testamos os controles internos relevantes implementados e transações relacionadas ao processo de contratação de fornecedores de bens e serviços e correspondentes pagamentos. Nosso objetivo foi identificar e testar transações selecionadas e os correspondentes pagamentos realizados durante o exercício e avaliar o atendimento a políticas internas e leis e regulamentações aplicáveis. Adicionalmente, avaliamos o Programa Petrobras de Prevenção à Corrupção (PPPC), testamos os principais controles relacionados ao canal de denúncias instituído sob a estrutura da Ouvidoria, testando a integridade das informações, tratamento das denúncias e comunicação dos resultados aos órgãos de governança competentes.

Acompanhamos das principais ações investigatórias da Companhia conduzidas pelas Comissões Internas de Apuração e por escritórios de advocacia independentes, trabalho este liderado por um Comitê Especial, composto por dois membros independentes e o Diretor de Governança, Risco e Conformidade. Discutimos as investigações com o Comitê de Auditoria, o Conselho de Administração e os assessores jurídicos da Companhia e avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com os resultados das referidas investigações.

Consideramos que as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas.

2 - Processos judiciais e contingências fiscais (Nota 28)

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha provisões para contingências fiscais, no consolidado, pelo montante de R$ 1.415 milhões relacionadas a processos judiciais cuja expectativa de perda foi classificada como provável. Adicionalmente, a Companhia é parte em processos com perdas classificadas como possíveis, no montante de R$ 6.659 milhões (consolidado).

Provisões e passivos contingentes possuem incerteza inerente em relação ao seu prazo e valor de liquidação. Também, o reconhecimento e a mensuração das provisões e passivos contingentes requerem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é baseada em posições de assessores jurídicos internos e externos e em julgamentos da própria administração.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância dos valores dos processos judiciais provisionados e passivos contingentes divulgados em nota explicativa; (ii) dos julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos; e (iii) das deficiências nos controles sobre a totalidade e a avaliação da probabilidade de perda das contingências fiscais, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados aos processos judiciais e contingências e testes sobre a efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, em nossa estratégia de auditoria, envolvemos nossa equipe de especialistas na área tributária para leitura e discussão dos processos judiciais, incluindo a classificação do prognóstico de perda atribuída por consultores jurídicos internos e externos à Companhia.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação da competência técnica dos consultores jurídicos da Companhia, testes de recálculo do valor de exposição dos processos judiciais e administrativos, teste de atualização financeira conforme legislação aplicável e obtenção de confirmações de consultores jurídicos externos.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

3 - Benefícios concedidos a empregados (Nota 21)

Em 31 de dezembro de 2016, os valores provisionados no balanço patrimonial consolidado correspondiam ao montante de R$ 4.311 milhões.

O valor desse passivo atuarial é determinado por cálculos atuariais elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia, líquido dos ativos garantidores. O cálculo é efetuado com base em premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de pensão e assistência médica. Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função: (i) da relevância do saldo provisionado no balanço patrimonial referente a benefícios concedidos a empregados; (ii) julgamentos significativos em relação às premissas dos planos de benefícios; e (iii) das deficiências nos controles sobre o processo de geração de dados para o cálculo do passivo atuarial, que constituíram uma deficiência significativa identificada pela Companhia em seu ambiente de controles internos no exercício social de 2015.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração do passivo atuarial e testes da efetividade dos controles considerados chave. Adicionalmente, nossa resposta de auditoria considerou testes de detalhes sobre as informações individuais cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. As evidências de auditoria consideradas necessárias foram também obtidas por meio de testes das bases de dados de participantes ativos e assistidos dos planos de pensão e assistência médica.

Outros aspectos relevantes da nossa abordagem de auditoria incluíram a avaliação das premissas-chave que suportam o cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e estimativa da taxa de desconto. Esses procedimentos foram executados com o apoio da nossa equipe de especialistas em cálculos atuariais e incluíram os seguintes principais procedimentos:

• Revisão da coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor do passivo atuarial;

• Avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar o cálculo atuarial; e

• Revisão da conciliação do laudo atuarial com os saldos das demonstrações contábeis da Companhia.

Adicionalmente, obtivemos confirmações de terceiros quanto à custódia dos ativos garantidores dos planos e testamos a estimativa do valor justo desses ativos com apoio da nossa equipe de especialistas em avaliação de instrumentos financeiros.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para determinação do valor do passivo atuarial, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

4 - Contas a receber - Setor Elétrico (Nota 7.3)

Em 31 de dezembro de 2016, o saldo líquido das contas a receber do setor elétrico (Sistema Eletrobras) é de R$ 6.064 milhões.

Uma parcela significativa dos recursos usados na liquidação financeira das referidas contas a receber é oriunda do fundo setorial denominado Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Contudo, alterações ocorridas na legislação impuseram restrições que reduziram os valores ressarcidos pela CCC, aumentando o risco de inadimplência das distribuidoras que operam neste setor e que compram combustível para utilização em suas usinas térmicas.

Esse assunto foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função dessas circunstâncias e dos consequentes julgamentos significativos em relação às premissas usadas na determinação das perdas com créditos de liquidação duvidosa e da relevância do saldo das contas a receber.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:

Nossa abordagem de auditoria considerou o entendimento dos principais controles relacionados ao processo de mensuração das perdas com créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico e testes da efetividade dos controles considerados chave. Quanto aos testes de detalhes em operações e transações, nossa abordagem considerou a revisão de contratos de confissão de dívida celebrados entre a Companhia e as empresas do Sistema Eletrobras, entendimento do estágio atual das negociações com o Governo Federal e Eletrobras, leitura de ofícios e portarias da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME, bem como pagamentos recebidos e reconciliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída para a totalidade das contas a receber do setor elétrico vencidas ou sem garantias reais.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para determinação das perdas com créditos de liquidação duvidosa relacionadas às contas a receber do setor elétrico, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Alexandre Fermino Alvares

Contador CRC 1SP 211793/O-5 "S" RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as reemissões das Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais de 2014, 2015 e 2016 e a emissão das Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de agosto de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes para fins de pedido de registro para distribuição pública de valores mobiliários, nos termos do que prevê a Instrução nº 480, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Também foram examinados os Relatórios Anuais da Administração, que acompanharam as Demonstrações Contábeis dos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2016 e 31 de agosto de 2017.

Destaca-se que, em 16 de outubro de 2017, o Conselho de Administração autorizou a reemissão das Demonstrações Contábeis da Petrobras Distribuidora S.A – BR dos exercícios encerrados em 2014, 2015 e 2016 e a emissão das Demonstrações Contábeis dos períodos findos em 31 de março, 30 de junho, 31 de agosto e 30 de setembro de 2017 e 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2016 para fins de abertura de capital da Companhia.

No entanto, para adequação do quantitativo de ações que compõem o Capital Social da Companhia ao regramento definido pela B3 S.A. no que se refere às condições para listagem e admissão à negociação de valores mobiliários, mitigando o risco de volatilidade excessiva da cotação dos valores mobiliários e de não aprovação do pedido de listagem da BR na B3 caso o valor por ação eventualmente estivesse cotado em menos de R$ 1,00, a Assembleia Geral Extraordinária da BR aprovou, em 14 de novembro de 2017, o grupamento de ações do capital social da Companhia, à razão de um para 29,8521666575107, ou seja, cada 29,8521666575107 ações hoje existentes representarão 1 ação após o grupamento.

Por força da decisão de grupamento de ações do capital social da Companhia, as Demonstrações Contábeis emitidas para fins do primeiro protocolo do pedido de registro da Petrobras Distribuidora S.A. como Companhia aberta efetuado junto à CVM em 16 de outubro de 2017 necessitam ser reemitidas, conforme disposto no item 64 do Pronunciamento Contábil CPC 41 – Resultado por ação.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, todas as informações prestadas pela Administração da BR, pela PwC – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e pela KPMG Auditores Independentes, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições para fins de preencher os requisitos de instrução do pedido de registro de companhia aberta, nos termos do que prevê a Instrução nº 480, de 07.12.2006, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Todavia, o Conselho Fiscal ressalta sua preocupação com o seguinte tema: (i) Operação Lava-Jato – cumpre destacar que as investigações atualmente em andamento no acionista controlador da Companhia, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, e também em órgãos externos, poderão trazer impactos sobre as Demonstrações Contábeis de períodos subsequentes, ainda que a Administração os avalie como não significativos.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017.

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO

Presidente

WILSON RODOLFO DE SOUZA GOMES

Conselheiro

PRICILLA MARIA SANTANA

Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais membros da diretoria da Petrobras Distribuidora S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede social na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques nº 250, 9º andar, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 34.274.233/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33.300.013.920 (“Companhia”), declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviram, discutiram e concordam, com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2017, 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2017, 8 (oito) meses findo em 31 de agosto de 2017 e 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos pareceres dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

Ivan de Sá Pereira Junior

Diretor Presidente

Marcelo Fernandes Bragança

Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto

Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO CVM n° 480/09

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, o Diretor Presidente e os demais membros da diretoria da Petrobras Distribuidora S.A., sociedade por ações de capital fechado com sede social na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Correia Vasques nº 250, 9º andar, Cidade Nova, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 34.274.233/0001-02, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob NIRE 33.300.013.920 (“Companhia”), declaram, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 25 da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n° 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, que: (i) reviram, discutiram e concordam, com as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016, ao período de 3 (três) meses findo em 31 de março de 2017, 6 (seis) meses findo em 30 de junho de 2017, 8 (oito) meses findo em 31 de agosto de 2017 e 9 (nove) meses findo em 30 de setembro de 2017; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas nos pareceres dos auditores independentes da Companhia referentes às demonstrações financeiras descritas no item (i) acima.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 2017

Ivan de Sá Pereira Junior

Diretor Presidente

Marcelo Fernandes Bragança

Diretor Executivo de Operações e Logística e Diretor Executivo da Rede de Postos

Gustavo Henrique Braga Couto

Diretor Executivo de Mercado Consumidor

Rafael Salvador Grisolia

Diretor Executivo Financeiro e de Relações com Investidores